



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
CENTRO REGIONAL DO PORTO
ESCOLA DE DIREITO

**Deveres de informação do tomador do seguro ou do
segurado na fase pré-contratual;
A informação pré-contratual na contratação eletrónica**

Dissertação de Mestrado em Direito, na Área
de Especialização de Direito Privado,
elaborada sob a orientação do Exmo. Senhor
Professor Doutor Júlio Manuel Vieira Gomes

Maria Francisca Rodrigues Santos
novembro de 2012

Advertências

- Os artigos mencionados sem indicação da respetiva fonte pertencem ao Regime Jurídico do Contrato de Seguro, exceto se do contexto resultar interpretação diversa.
- Os Acórdãos mencionam-se, ao longo do texto, de forma sucinta. O local da sua publicação e o número do processo judicial respetivo são referidos no índice de jurisprudência citada.
- Nas notas de rodapé, as obras são citadas de modo abreviado. As referências completas constam do índice de bibliografia citada.
- O presente trabalho encontra-se redigido ao abrigo do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa a 16 de dezembro de 1990, aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 26/91 e ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 43/91, ambos de 23 de agosto.

Agradecimentos

- Aos meus pais, pelo apoio incondicional e por me proporcionarem oportunidades que me permitem tentar ir mais longe;
- À minha irmã, pelo apoio e incentivo demonstrados;
- Ao Tiago, pelo carinho, compreensão e paciência, sobretudo, nos momentos de maior pressão;
- À Carla, Ana e Ricardo, pela amizade, ajuda, companheirismo e espírito crítico;
- Ao Professor Doutor Júlio Gomes, por ter aceite orientar esta dissertação, pela disponibilidade, conselhos e ensinamentos transmitidos durante a sua elaboração.

Abreviaturas

A.	Autor/Autora
Ac.	Acórdão
Al./als.	Alínea/alíneas
Anot.	Anotação
Art./arts.	Artigo/artigos
Cap.	Capítulo
CC	Código Civil
CCom	Código Comercial
Cfr.	Confrontar
CJ	Colectânea de Jurisprudência
CJSTJ	Colectânea de Jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça
Dir.	Diretiva
Dir. 97/7/CE	Diretiva 97/7/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 1997, relativa à proteção dos consumidores em matéria de contratos à distância
Dir. 2000/31/CE	Diretiva 2000/31/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2000, relativa a certos aspetos legais dos serviços da sociedade de informação, em especial do comércio eletrónico, no mercado interno
Dir. 2002/65/CE	Diretiva 2002/65/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de setembro, relativa à comercialização à distância de serviços financeiros prestados a consumidores
DL	Decreto-Lei
DL 143/2001	Decreto-Lei n.º 143/2001, de 26 de abril, que transpõe para a ordem jurídica portuguesa a Diretiva 97/7/CE
DL 291/2007	Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, que transpõe parcialmente para ordem jurídica interna a Diretiva 2005/14/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de maio, que altera as Diretivas 72/166/CEE, 84/5/CEE,

	88/357/CEE e 90/232/CEE, do Conselho, e a Diretiva 2000/26/CE, relativas ao seguro de responsabilidade civil resultante da circulação de veículos automóveis
DL 291/2007	Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, que aprova o regime do sistema do seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel e transpõe parcialmente para a ordem jurídica interna a Diretiva 2005/14/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de maio, que altera as Diretivas 72/166/CEE, 84/5/CEE, 88/357/CEE e 90/232/CEE, do Conselho e a Diretiva 2000/26/CE, relativas ao seguro de responsabilidade civil resultante da circulação de veículos automóveis
LDC	Lei de Defesa do Consumidor (Lei n.º 24/96, de 31 de julho, alterada pela Lei n.º 85/98, de 16 de dezembro e pelo DL n.º 67/2003, de 08 de abril)
LPDP	Lei de Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 67/98, de 26 de outubro)
LPDPCE	Lei de proteção dos dados pessoais nas comunicações eletrónicas (Lei n.º 41/2004, de 18 de agosto, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva 2002/58/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de julho, relativa ao tratamento de dados pessoais e à proteção da privacidade no setor das comunicações eletrónicas, republicada pela Lei n.º 46/2012, de 29 de agosto)
n.º	Número
n.	Nota de rodapé
Ob. cit.	Obra citada
p./pp.	Página/páginas
RCCG	Regime das Cláusulas Contratuais Gerais (DL n.º 446/85, de 25 de outubro, alterado pelos DL n.º 220/95, de 31 de agosto e 249/99, de 07 de julho)

RJCD	Regime Jurídico aplicável aos contratos à distância relativos a serviços financeiros celebrados com consumidores, (Decreto-Lei n.º95/2006, de 29 de maio, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva 2002/65/CE)
RJCE	Regime Jurídico relativo a certos aspetos legais dos serviços da sociedade de informação, em especial do Comércio Eletrónico, no mercado interno (Decreto-Lei n.º7/2004, de 7 de janeiro, que transpõe para o ordenamento jurídico português a Diretiva 2000/31/CE)
RJCS	Regime Jurídico do Contrato de Seguro (Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de abril)
RJCSF	Regime Jurídico das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, com alterações introduzidas pelos DL n.ºs 246/95, de 14 de setembro, 232/96, de 5 de dezembro, 222/99, de 22 de junho, 250/2000, de 13 de outubro, 285/2001, de 3 de novembro, 201/2002, de 26 de setembro, 319/2002, de 28 de dezembro, 252/2003, de 17 de outubro, 145/2006, de 31 de julho, 104/2007, de 3 de abril, 357-A/2007, de 31 de outubro, 1/2008, de 3 de janeiro, 126/2008, de 21 de julho e 211-A/2008, de 3 de novembro, pela Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, pelo DL n.º 162/2009, de 20 de julho, pela Lei n.º 94/2009, de 1 de setembro, pelos DL n.ºs 317/2009, de 30 de outubro, 52/2010, de 26 de maio e 71/2010, de 18 de junho, pela Lei no 36/2010, de 2 de setembro, pelo DL n.º 140-A/2010, de 30 de dezembro, pela Lei n.º 46/2011, de 24 de junho e pelos DL n.ºs 88/2011, de 20 de julho, 119/2011, de 26 de dezembro, 31-A/2012, de 10 de fevereiro e 242/2012, de 7 de novembro)
ss.	Seguintes
STJ	Supremo Tribunal de Justiça

TRC	Tribunal da Relação de Coimbra
TRE	Tribunal da Relação de Évora
TRL	Tribunal da Relação de Lisboa
TRP	Tribunal da Relação do Porto
Vol.	Volume

Introdução

Começaremos o presente ensaio por fazer uma breve resenha histórica do dever de informação pré-contratual no contrato de seguro, sendo o seu atual regime jurídico fruto de uma evolução legislativa cuja bondade tentaremos inferir ao longo do presente texto.

Entre as várias alterações legislativas introduzidas pelo RJCS – que há muito se impunham dado que a legislação que regulava esta matéria estava já obsoleta – dedicamo-nos no presente estudo às principais modificações em sede de dever de informação pré-contratual. Para além de o atual regime resolver alguns dos problemas que se colocavam ao abrigo da legislação anteriormente em vigor, nomeadamente, a questão de saber se a omissão ou inexatidão de informações transmitidas pelo tomador do seguro para a apreciação do risco por parte do segurador conduziam à nulidade ou anulabilidade do contrato de seguro, veio consagrar novos aspetos extremamente relevantes. Com a aprovação do RJCS o legislador passou a distinguir os casos em que o tomador do seguro age com dolo daqueles em que atua negligentemente, destacando ainda diferenças de regime nos casos em que haja dolo com o propósito de obter uma vantagem. Após a análise do alcance do dever pré-contratual que recai sobre o tomador durante as negociações tendentes à celebração de um contrato de seguro no sistema atual, procederemos ao estudo das consequências do seu incumprimento, distinguindo os regimes do dolo e da negligência.

Por último, pela pertinência e atualidade da questão, teceremos algumas considerações sobre a celebração de contratos de seguro por via eletrónica, sendo esta uma modalidade cada vez mais utilizada pelos consumidores, essencialmente, pelas vantagens de comodidade e celeridade que apresenta. Pese embora se trate especificamente de um tema pouco debatido na doutrina e jurisprudência, tentaremos traçar os contornos gerais desta realidade, levantando algumas questões práticas e que nos parecem pertinentes nesta matéria.

CAPÍTULO I

1. Evolução do dever de informação pré-contratual do tomador do seguro ou segurado

O nascimento do contrato de seguro, ainda que “sob formas muito primitivas”¹, remonta à Grécia e Roma antigas, em situações como a “promessa duma soma de dinheiro em caso da feliz chegada dum navio”², tendo as primeiras regulamentações em matéria de contrato de seguro surgido no âmbito dos seguros marítimos.³ Estávamos, por norma, perante um segurador, empresário individual, que segurava maioritariamente naus, assumindo a posição de contraente mais fraco, sendo o tomador do seguro, via de regra, um especialista. Na génese do contrato do seguro era grande a assimetria informativa entre as partes, ainda o sendo hoje, embora em moldes distintos.

Estando o tomador do seguro numa posição privilegiada, como profissional conhecedor de toda a informação relevante para a celebração de um contrato de seguro, deveria declará-la ao segurador da forma mais completa possível.⁴ Contudo, e tal como veremos melhor um pouco mais adiante, esta assimetria foi ganhando contornos diversos, não podendo, atualmente, afirmar-se que o tomador do seguro é a parte mais forte no contrato e o segurador, por

¹ ARNALDO PINHEIRO TORRES, *Ensaio sobre o contrato de seguro*, p.13.

² A. e ob. cit., n.1.

³ Tal como afirma JOSÉ A. ENGRÁCIA ANTUNES, *Direito dos Contratos Comerciais*, n.1365, “A ligação umbilical entre a actividade mercantil e seguradora perde-se na noite dos tempos, bastando recordar o papel decisivo que o comércio marítimo medieval teve na evolução histórica dos seguros – os primeiros seguros organizados foram, de facto, seguros do comércio marítimo”. Como refere ARNALDO PINHEIRO TORRES, *ob. cit.*, p.125 e 126, “antes de constituir um contrato autónomo (o contrato de seguro) vivia como acessório dos contratos de compra e venda de mercadorias sujeitas ao transporte marítimo, e em que existia a cláusula compromissória do *salvo em terra*, segundo a qual o vendedor, caso a mercadoria se perdesse ou danificasse, seria indemnizado dos prejuízos recebidos”.

⁴ JÚLIO GOMES, “O dever de informação do (candidato a) tomador de seguro na fase pré-contratual, à luz do Decreto-Lei 72/2008 de 16 de Abril”, p.393 refere que: “o dever de informação nasceu para proteger seguradores que eram basicamente comerciantes individuais, quando não associações mutualistas de viúvas e órfãos, podendo questionar-se se a seguradora pode hoje, realisticamente, considerar-se a parte fraca na relação”. O mesmo A., “O dever de informação do tomador do seguro na fase pré-contratual”, p. 85, afirma que se tratava de uma “época em que a seguradora se achava ainda numa fase embrionária, em que a rapidez de circulação de informação e as possibilidades do seu controlo eram muito mais reduzidas e em que o paradigma tido em conta pelo legislador parecia ser a do segurador/”associação de socorros mútuos” e não a do segurador como empresa normalmente de grandes dimensões”. B. SOYER, “Reforming the Assured’s Pre-contractual Duty of Utmost Good Faith in Insurance Contracts for Consumers: Are the Law Commissions on the Right Track?”, n. 8 destaca a dificuldade de comunicação existente à data que acentuava a assimetria de informação entre as partes contratantes.

sua vez, a parte mais fraca. Pelo contrário.^{5/6} A crescente multiplicação do número de seguros hoje existentes, a manifesta necessidade de celebração dos mesmos e o exercício, a título profissional, da atividade seguradora por parte das companhias de seguros⁷, conduziu a uma enorme especialização por parte destas últimas, estando muitas vezes em condições de manifesta superioridade relativamente aos tomadores de seguro.

No que respeita, em concreto, ao dever de informação pré-contratual e traçadas que estão as linhas gerais quanto ao nascimento do contrato de seguro, cumprirá referir que o dever de informação, neste âmbito, surgiu com o escopo de proteger o segurador, como parte mais fraca da relação contratual, nascendo como tentativa de atenuar as assimetrias de informação existentes entre as partes. Estando o tomador do seguro em melhores condições de conhecer o seu risco, acrescentando o facto de se tratar, via de regra, de um profissional e atentas as dificuldades do segurador em aceder à informação necessária para a celebração dos contratos, aquele deveria prestar ao segurador toda a informação necessária para a apreciação do risco a cobrir. Atualmente, se é certo que se mantém na esfera do tomador do seguro a obrigação de prestar ao segurador toda a informação relevante para a decisão de contratar e para a apreciação do risco – art.24º -, embora seja aquele o contraente agora considerado mais débil, não será, todavia, líquido afirmar que tal dever se mantém na legislação atual com o intuito de proteger o segurador.⁸ Na verdade, o segurador dispõe, hoje, via de

⁵ No próprio preâmbulo do RJCS se afirma: “Nesta reforma foi dada particular atenção à tutela do tomador de seguro e do segurado – como parte contratual mais débil -, sem descuidar a necessária ponderação das empresas de seguros.”

⁶ De acordo com MARIO BIN, “Informazione e contratto di assicurazione”, p.733, “os desenvolvimentos do seguro fizeram do segurador um contraente forte bem diverso daquele que no passado merecia a tutela da lei que era concedida aos pupilos e às viúvas como ocorria no Guidon de la Mer”.

⁷ A passagem para o modelo da banca universal, operada pelo nosso legislador no RJICSF, levou a que, atualmente, os setores da banca, valores mobiliários e seguros apareçam em constante interpenetração. Deste modo, os bancos celebram, frequentemente seguros com os seus clientes, bem como investem nos mercados de capitais em nome próprio. Trata-se do modelo também designado como *bancassurance*, no ordenamento jurídico francês, ou *allfinanz*, no ordenamento jurídico alemão. Como faz notar JOSÉ CAMELO GOMES, “Contrato de Seguro e Tecnologias de Informação”, p.70 “É pacificamente aceite que os serviços desempenham um papel fundamental na economia moderna. Os sectores dos transportes, das telecomunicações, da banca e dos seguros são essenciais para a performance da economia e, assim sendo, é crucial que neles se manifeste também, ou até mesmo principalmente, a principal consequência da liberalização: a livre concorrência.”

⁸ Somos da opinião que o dever de informação pré-contratual que impende sobre o tomador do seguro persegue um objetivo que apenas poderá ser alcançado por esta via: o esclarecimento do segurador quanto às exatas condições em que irá contratar. Na grande maioria das vezes, e excluindo as questões estritamente

regra, de múltiplos mecanismos para aceder e tratar casuisticamente a informação necessária à celebração de um contrato de seguro, bem como para a apreciação rigorosa do risco que irá assumir, não sendo mais, como se deixou dito *supra*, a parte mais fraca na relação contratual.⁹

técnicas que apenas os profissionais poderão acautelar, ninguém melhor que o próprio tomador para prestar ao segurador todas as informações respeitantes ao risco que deseja ver coberto.

⁹ ANTÓNIO SANTOS ABRANTES GERALDES, “O novo regime do contrato de seguro, Antigas e novas questões”, destaca a visível e atual fragilidade do tomador do seguro, sendo este, via de regra, desconhecedor dos aspetos ligados ao regime jurídico deste contrato, essencialmente, no que respeita às condições exigidas pelos seguradores para a sua celebração, sendo também frequentes os casos em que não é devidamente esclarecido pelo segurador. Tudo isto, como afirma o A., p. 5, “Sem embargo de situações excepcionais em que o desequilíbrio informativo pode prejudicar as seguradoras”.

2. Regime jurídico do dever de informação pré-contratual do tomador do seguro consagrado no RJCS

2.1 O dever de informação do tomador do seguro ou segurado

Entrando agora concretamente no regime jurídico do dever¹⁰ de informação pré-contratual do tomador¹¹ no contrato de seguro, tal como se encontra consagrado no nosso ordenamento jurídico, os preceitos a ter em consideração são os arts.24º a 26º.

De acordo com a letra da lei, o tomador do seguro, pretendendo a celebração de um contrato de seguro, deverá informar o segurador de todas as circunstâncias: 1) que conheça¹²; 2) que razoavelmente tenha por significativas para a apreciação do risco.

A propósito do conceito de conhecimento, KATE LEWINS¹³, por referência ao direito australiano afirma que “conhecimento significa mais do que suspeitas ou opiniões. O que é pedido é que o assunto seja objeto de uma verdadeira convicção suportada com suficiente segurança que justifique o termo

¹⁰ Apesar de ao longo do presente estudo termos vindo a falar de um “dever” de informação, esta é uma figura cuja natureza permanece em discussão na doutrina. Ao contrário de um verdadeiro dever jurídico, cujo incumprimento é suscetível de gerar responsabilidade civil, a violação do disposto no mencionado preceito acarreta certas desvantagens para o tomador do seguro (às quais voltaremos *infra*) e não gera, ao que parece resultar da lei, responsabilidade civil na esfera do tomador do seguro (ou segurado). Parte da doutrina avança ainda com a consideração de estarmos perante um ónus jurídico, só assim se compreendendo a obrigação imposta a um sujeito que poderá até nem ser parte contratual (falamos dos casos em que tomador do seguro e segurado não coincidem). Para melhor desenvolvimento desta questão, veja-se JÚLIO GOMES, *O dever de informação do (candidato a)...*, p.402. JOANA GALVÃO TELES, “Deveres de informação das partes”, pp. 250 e ss., distingue casuisticamente as diversas “situações jurídicas passivas” consagradas pelo legislador. A A. considera tratar-se de verdadeiro dever jurídico quando em causa esteja o dever de informação pré-contratual que impende sobre o tomador de seguro. Por sua vez, quando analisado esse dever na esfera do segurado, que poderá até desconhecer as negociações tendentes à celebração do contrato de seguro, nestes casos não poderá verdadeiramente falar-se em dever jurídico, uma vez que “a lei apenas estipula uma desvantagem ou a perda de vantagem (...) e não uma consequência jurídica sancionatória ou indemnizatória da parte contrária”. Somos da opinião que o regime consagrado se aproxima, em larga medida, do ónus jurídico, não descurando que as consequências do incumprimento se afastam deste instituto.

¹¹ A lei impõe este dever tanto ao tomador do seguro como ao segurado. Parece-nos, contudo, a par de JÚLIO GOMES que o dever de informação pré-contratual só se imporá ao segurado nos casos em que este tenha conhecimento da celebração do contrato. Caso contrário seria estar a exigir-lhe o impossível.

De ora em diante faremos referência ao tomador, não descurando que o mesmo dever se aplicará ao segurado quando este tenha conhecimento das negociações tendentes à celebração do contrato.

¹² Como afirma YVONNE LAMBERT-FAIVRE, *Droit des assurances*, p.191, se uma circunstância é desconhecida pelo segurado, este não comete nenhuma omissão ao não declará-la e isto mesmo que se trate de circunstância suscetível de modificar totalmente a avaliação do risco pelo segurador.

¹³ “Reforming Non-disclosure in Insurance Law: The Australian Experience”, p.168.

“conhecimento””.¹⁴ Parece-nos, efetivamente, que o conceito de conhecimento, não devendo ser interpretado de forma extremamente restrita, deverá ser um conceito algo exigente, sob pena de colocarmos nas mãos das seguradoras uma poderosíssima e perigosa arma, que lhes permita procurar eximir-se à responsabilidade na grande maioria das situações, bastando alegar e provar que o tomador do seguro, ao ter uma suspeita sobre determinado acontecimento, ainda que sem fundadas razões para acreditar na sua veracidade, deveria tê-lo informado.^{15/16}

A lei exige expressamente que as circunstâncias que o tomador do seguro está obrigado a declarar tenham influência na apreciação do risco por parte do segurador.¹⁷ Outra não poderia ser a opção legislativa. Seria infundadamente oneroso exigir ao tomador que, ao pretender a celebração de um contrato de seguro, fosse obrigado a declarar todas as circunstâncias de que tivesse conhecimento, independentemente de as mesmas terem ou não repercussão na decisão de o segurador contratar ou para que pudesse avaliar o risco efetivamente assumido. Não se pede ao tomador do seguro que investigue, estude e analise meticulosamente a informação antes de poder contratar com

¹⁴ Tradução nossa.

¹⁵ Estamos a par da A. quando a mesma destaca que, nas situações em que o tomador do seguro tem alguma opinião, sem certezas, e razoavelmente possa entender que tal informação é relevante para o segurador, deverá transmiti-la, sob pena de incumprir a obrigação que sobre si impende. Pelo contrário, suspeitando de determinado facto, acreditando não ter o mesmo qualquer fundamento de veracidade, não entendemos que se mantenha a obrigação de informar o segurador.

¹⁶ Somos da opinião de JÚLIO GOMES, “O dever de informação do (candidato a)...”, n.38, quando o A. afirma: “Deve, em princípio, considerar-se o conhecimento no momento da conclusão do contrato, sendo desconhecidas circunstâncias que tenham sido esquecidas, embora seja exacto que o questionário pode, até certo ponto, “refrescar” a memória (...). Parece, no entanto excessivo considerar-se (...) que tudo o que já se conheceu permanece conhecido.” Também JOANA GALVÃO TELES, ob. cit., p.255 considera estar o tomador do seguro obrigado a declarar as circunstâncias que conheça até ao momento da conclusão do contrato.

Relativamente às circunstâncias que o tomador do seguro devia conhecer, JÚLIO GOMES, “O dever de informação do tomador do seguro na fase pré-contratual”, p.89 defendia estar o tomador obrigado a declarar apenas todos os factos conhecidos, aceitando a exigência de um esforço para que se recordasse de todos os elementos, podendo inclusive ser-lhe exigível alguma pesquisa, afastando, contudo, o entendimento de que o tomador está igualmente obrigado a declarar todas as circunstâncias que conheceria, caso tivesse atuado de forma diligente. É também este o entendimento de JOANA GALVÃO TELES, ob. cit., p.257. Aquele A., num estudo mais recente (“O dever de informação do (candidato a) ...”), p.405 considera ser exigível ao tomador apenas a declaração dos fatos que conheça, não se podendo retirar da letra da lei a obrigação de declarar as circunstâncias cognoscíveis.

A este propósito veja-se ainda o Ac. TRP, de 28-01-2010.

¹⁷ Fica, contudo, por esclarecer se a lei se reporta a circunstâncias que podiam ter influído na apreciação do risco por um segurador médio ou por aquele segurador em concreto. Apesar do silêncio da lei, pensamos que o critério será o do segurador em concreto, atendendo a que é a própria lei que permite, em certos casos, que o segurador demonstre que não teria contratado naquelas circunstâncias (*vide* art. 26º, n.ºs 1, al.b) e 4, al.b)).

segurança. Isto seria frustrar, de certa forma, o escopo do contrato de seguro, não sendo permitida qualquer margem de erro ao tomador. Relevantes e cuja declaração é legalmente obrigatória para o tomador serão, assim, todas as circunstâncias que este conheça (devendo ignorar todos os factos fundados em meras suspeitas) quando as mesmas possam influir na apreciação do risco ou mesmo na decisão de (não) celebrar o contrato por parte do segurador.

Para que o tomador do seguro se consciencialize do conteúdo do contrato que pretende celebrar, só assim sendo possível a determinação das circunstâncias pertinentes para a avaliação do risco, no art.24º, n.º 4, o legislador impõe ao segurador o dever de esclarecer o tomador do seguro quanto à extensão do seu dever de informação bem como quanto às consequências do seu incumprimento. Parece-nos de aplaudir esta solução legislativa.¹⁸ Na verdade, na grande maioria das vezes, o tomador do seguro trata-se de um consumidor que desconhece, por completo, quais as informações que está obrigado a prestar ao segurador, acreditando, frequentemente, que se deverá limitar ao preenchimento do questionário que lhe é facultado.¹⁹ Vigora no nosso ordenamento jurídico o sistema do questionário aberto, estando o tomador do

¹⁸ De acordo com ANTÓNIO SANTOS ABRANTES GERALDES, ob. cit., p. 4, o atual regime jurídico do contrato de seguro suscita algumas reservas. Na verdade, o A. defende que, quando aplicado a seguros massificados, o atual regime não tem em conta o grau de iliteracia de uma parte considerável da população, bem como não atende ao grau de desinteresse revelado frequentemente pelos consumidores, no que respeita aos aspetos ligados à celebração de um contrato de seguro. Se é verdade que é questionável a bondade de muitos preceitos constantes do atual regime, não podemos deixar de notar que a obrigação consagrada no artigo 24º, n.º 4 se aproxima de uma ideia de proteção do tomador. Quanto ao incumprimento do dever consagrado no preceito em análise por parte do segurador, o regime aplicável será o da responsabilidade civil, com a consequente obrigação de indemnizar o tomador, pese embora seja extremamente difícil o cálculo do dano sofrido por este último (para desenvolvimento deste tema cfr. JÚLIO GOMES, “O dever de informação do (candidato a)...” , pp.30 e 31).

¹⁹ Sendo certo que o questionário se trata de uma faculdade concedida ao segurador, não podemos deixar de notar que o mesmo, frequentemente, se não sempre, utilizado pelos seguradores, poderá ter uma relevância crucial neste tipo de contratos. O questionário poderá induzir o tomador do seguro a acreditar que determinadas informações são irrelevantes, crendo não estar obrigado a declará-las. Como salienta JÚLIO GOMES, “O dever de informação do (candidato a)...” , p.410, o Tribunal deverá estar atento às situações em que o questionário terá criado no tomador do seguro a convicção de que determinado facto não era relevante para o segurador. Embora não seja fundamental a utilização de um questionário, frequentemente os seguradores recorrem a esta ferramenta, o que se explica pelo facto de o segurador ter, como salienta JOSÉ CARLOS MOITINHO DE ALMEIDA, *O contrato de seguro no direito português e comparado*, p.74, “dificuldades em selecionar os factos que interessam”. O A. destaca a dificuldade do segurador – um profissional – em descortinar qual a informação relevante para a celebração de um contrato de seguro. Não deixará de ser curioso pensar que, se o próprio profissional da área tem essa dificuldade, o que dizer sobre a posição do tomador?

Por último, B. SOYER, ob. cit., pp.395 e 396, sobre este tema em particular, e em referência ao sistema australiano, propondo a alteração da lei inglesa no mesmo sentido, escreveu: “A aceitação por parte do segurador de um questionário com perguntas por preencher pode levar a crer que o segurador abdicou dessa informação, especialmente considerando que o segurador nesse caso provavelmente notou que a questão ficou por preencher.” – tradução nossa.

seguro obrigado a trazer ao conhecimento do segurador, de forma espontânea, isto é, mesmo que as concretas questões não lhe sejam colocadas, tudo aquilo que considere relevante para a avaliação do risco. A estarmos perante um sistema de questionário fechado²⁰ seria dispensável a obrigação de informação do art.24º, n.º4, que impende sobre o segurador, uma vez que o tomador apenas teria que se limitar a preencher um questionário facultado pelo segurador, nada mais devendo declarar.²¹

Por último, finalizando a breve análise que nos propomos a fazer do art.24º (sendo certo que muito fica por dizer), o n.º3 do mencionado preceito faz referência a circunstâncias de que o segurador não se poderá valer para se eximir, ainda que parcialmente, à sua responsabilidade²², salvo nos casos de dolo do tomador do seguro com o propósito de obter uma vantagem. São, genericamente, situações que, de forma alguma, causaram “surpresa” no segurador²³, encontrando-se elencadas taxativamente.

Do corpo deste n.º3 resulta que o segurador não se poderá prevalecer das circunstâncias aí referidas, salvo quando exista dolo do tomador do seguro com o propósito de obter uma vantagem.^{24/25} Esta ressalva operada pelo legislador

²⁰ No sistema do questionário fechado, por contraposição ao sistema do questionário aberto, o tomador do seguro apenas está obrigado a prestar a informação expressamente solicitada pelo segurador por via de um questionário. É esse o sistema adotado noutros ordenamentos, como sendo os de Espanha, França, Finlândia e Suíça.

²¹ Segundo JOSÉ CARLOS MOITINHO DE ALMEIDA, *O Contrato...*, p.74, “o questionário traduz-se numa facilitação concedida pelo segurador ao segurado e não parece justo, assim, que possa redundar em prejuízo daquele”. Entendemos, salvo o devido respeito, que o questionário não deverá ser encarado como um “favor” do segurador ao segurado, havendo interesse de ambas as partes em proceder ao seu preenchimento. A utilização de um questionário detalhado, devidamente adequado ao tipo de risco coberto é encarada por COSTA MARTINS, “Considerações sobre a “fraude” em seguros”, p.149, como um dos “factores que podem aumentar as possibilidades de detectar fraudes.”

²² Este entendimento era já preconizado por JOSÉ VASQUES, *Contrato de Seguro – notas para uma teoria geral*, ainda na vigência do art.429º do CCom. Escrevia, então, o A. que a seguradora “não pode abandonar-se totalmente às declarações do proponente com o fundamento de que a sanção legal a protegerá das declarações erróneas (...) sobre ela impende (...) o dever de sindicar as respostas que o tomador deu ao questionário ou o seu não preenchimento, não podendo arguir a omissão se não reagiu à entrega de um questionário não preenchido ou incompleto.”, ob. cit., p.221. Neste sentido veja-se ainda o longínquo, mas já tão atual, Ac. do TRL, de 05-02-1982, p.172.

²³ Nas palavras de ARNALDO DA COSTA OLIVEIRA, ob. cit., p.112, “a ideia central é a da não-essencialidade dos factos para o segurador, por ter aceite o risco com tais contornos”.

²⁴ Aparentemente, o dolo de que aqui falamos contrapõe-se a um “dolo simples”. Contudo, no âmbito do contrato de seguro, parece que o tomador, agindo dolosamente, terá sempre em vista uma de duas coisas: celebrar um contrato que não celebraria com aquele segurador caso este tivesse conhecimento do facto omitido ou a celebração de um contrato em condições mais vantajosas. Sendo estes, ao que nos parece, os principais motivos que levarão o tomador a agir dolosamente, havendo, frequentemente, um propósito de obter uma vantagem, serão substancialmente menos vulgares os casos de “dolo simples”, embora não

poderá causar alguma perplexidade, uma vez que, embora não haja qualquer erro na esfera do segurador, o mesmo poderá prevalecer-se de circunstâncias que já conhecia, tendo celebrado o contrato de seguro ciente das mesmas, fazendo operar o regime do art.25º, com todas as consequências daí provenientes. Não sendo da opinião que nos casos de dolo do tomador o mesmo carece de proteção, pensamos igualmente que quando o segurador não esteja em erro, atuando ele próprio de forma dolosa, certamente não será merecedor de tutela, como é a conferida pela ressalva feita no n.º 3 do art.24º.²⁶ Refira-se, por último, que as regras constantes deste dispositivo parecem decorrer já dos princípios gerais do direito, nomeadamente do princípio da boa fé^{27/28} na

entendamos serem estas últimas situações meramente académicas. Cfr. PEDRO ROMANO MARTINEZ, Comentários complementares ao artigo 25º, *Lei do Contrato de Seguro Anotada* p.161.

²⁵ JOANA GALVÃO TELES, ob. cit., p.263 e ss. interpreta a al. e) do n.º3 do art.24º no sentido de não ser aplicável a ressalva consagrada no corpo do n.º3 (“salvo havendo dolo do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem”) quando as circunstâncias sejam efetivamente conhecidas pelo segurador, mas tão só naqueles casos em que essas mesmas circunstâncias, não obstante devessem ser do conhecimento do segurador, não o são e isto porque no primeiro caso não haverá qualquer erro por parte do segurador, tendo este celebrado o contrato com efetivo conhecimento de todos os elementos significativos para a apreciação do risco.

²⁶ Para melhor análise desta questão veja-se ARNALDO DA COSTA OLIVEIRA, ob. cit., p.111 e JÚLIO GOMES, “O dever de informação do (candidato a)...”, pp.23, 34 e ss. Quanto a nós, este é um dos muitos aspetos que carece de clarificação legislativa no sentido de não permitir o segurador recorrer à faculdade do 24º, n.º3 quando o próprio atue também de forma dolosa. Estamos a par de JOANA GALVÃO TELES, ob. cit., p.265 quando a A. afirma que nos casos de “dolo qualificado” por parte de ambos os contraentes, a conjugação das normas 24º a 26º do RJCS e 253º e 254º do CC levam a concluir que o segurador estará impedido de reclamar o prémio até ao termo do contrato.

Não acompanhamos ANTÓNIO SANTOS ABRANTES GERALDES, ob. cit., p.6, quando o A. afirma que “A lei impede a seguradora de se prevalecer do direito de invocar omissões ou inexactidões devidas a mera negligência, nos casos previstos no art.24º, n.º3.”. A par da maioria da doutrina, somos da opinião que neste preceito estão incluídas as situações em que o tomador atua de forma negligente, mas igualmente aquelas em que age de forma dolosa, sem o propósito de obter uma vantagem, embora, como já dissemos *supra*, estas últimas hipóteses sejam substancialmente menos frequentes.

²⁷ A par do risco e do interesse no seguro, a boa fé é, inquestionavelmente, uma característica do contrato de seguro. Quanto aos dois primeiros elementos, a sua essencialidade espelha-se na consequência encontrada pelo legislador para os casos da sua não verificação: nulidade, quando se verifiquem na altura da celebração do contrato e caducidade, nos casos da sua posterior constatação (*vide* arts.43º, n.º1, 44º, n.º1 e 3 e 100º).

A característica da boa fé no âmbito do contrato de seguro é também reconhecida pela jurisprudência. Neste sentido, o Ac. TRP, de 10-12-2009.

²⁸ No ordenamento jurídico britânico é parca a consagração do princípio da boa fé nas relações contratuais, dado que a mesma comporta alguma insegurança atenta a indeterminação do conceito em causa. Apesar desta resistência, em matéria de seguros mantém-se a aplicabilidade deste princípio. CHRISTOPHER BUTCHER, “Good Faith in Insurance Law: A Redundant Concept?”, p.378, num estudo dedicado à relevância do princípio da boa fé em matéria de contratos de seguro, salienta que o direito inglês mantém este princípio nesta sede, uma vez que, as circunstâncias em que assenta a avaliação do risco tendem a estar no conhecimento do segurado (ou tomador do seguro) e não do segurador. Assim, ao segurador resta apenas confiar nas declarações emitidas pelo tomador.

celebração dos contratos e do instituto do abuso do direito, consagrados no nosso ordenamento jurídico.²⁹

2.2. O incumprimento do dever pré-contratual de informação

2.2.1 O incumprimento doloso – artigo 25º

Estando o tomador do seguro obrigado a declarar todas as circunstâncias que conheça e razoavelmente tenha por significativas para a apreciação do risco pelo segurador, a inobservância desse dever comporta consequências.^{30/31}

Ao abrigo do regime anteriormente em vigor em Portugal (art.429º do CCom), tal como em grande parte das legislações, essencialmente da Europa Ocidental, o incumprimento deste dever daria lugar à invalidade do contrato de seguro. O mencionado preceito sancionava com a nulidade “toda a declaração inexacta, assim como toda a reticência de factos ou circunstâncias conhecidas pelo segurado ou por quem fez o seguro, e que teriam podido influir sobre a existência ou condições do contrato”.^{32/33} Ao contrário do que sucede com a

²⁹ JÚLIO GOMES, “O dever de informação do (candidato a) ...”, n.53, considera que as regras consagradas neste preceito, nos casos em que haja dolo do tomador do seguro com o propósito de obter uma vantagem, não se poderiam retirar dos princípios da boa fé e do abuso do direito, mesmo nos casos previstos nas als. d) e e) do mencionado artigo, permitindo ao segurador “prevalecer-se de circunstâncias que conhecia ou que o seu representante conhecia.”.

³⁰ Acompanhamos VALERIO SANGIOVANNI, “Dichiarazioni inesatte, reticenze e annullamento del contratto di assicurazione”, p.276, quando o A. defende, no que respeita à *ratio* do preceito que regula esta matéria no ordenamento jurídico italiano (semelhante ao nacional), que a opção legislativa se justifica, por um lado, por razões de tipo “publicitário”, como garantia de funcionamento do mercado de seguros e, por outro lado, por razões privatísticas, buscando a transparência e honestidade nas relações existentes entre segurador e tomador.

No que respeita à invalidade dos contratos, esta deverá ser encarada e aplicada com alguma cautela, uma vez que, como afirma EWALD HÖRSTER, *A parte Geral do Código Civil*, p. 595, as consequências da invalidade dos negócios jurídicos consubstanciam uma verdadeira “perturbação dentro do tráfico jurídico comercial”.

³¹ Para uma breve análise do tratamento jurídico operado no direito comparado, em matéria de sanção das inexactidões ou omissões, cfr. LUIS FILIPE CALDAS, “Direitos e deveres de informação: sanção das declarações inexactas do tomador”, pp.286-287.

³² No sentido de estarmos perante uma verdadeira nulidade, veja-se, por todos, o Ac. do TRP de 16-10-1990, pp. 230 e ss. Em sentido contrário, crf. Ac. do TRC de 6-03-1997, Ac. TRL, de 06-11-2007, Ac. STJ, de 02-12-2008, Ac. STJ, de 09-09-2010, Ac. TRP, de 19-10-2010 sendo esta última a posição largamente maioritária.

Como destaca ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Manual de Direito Comercial*, p.581, “em 1888 não estava ainda clara a contraposição entre nulidade e anulabilidade: tudo era reconduzido à nulidade embora, progressivamente, se viessem a distinguir as nulidades absolutas das relativas.”. Por sua vez, JOSÉ VASQUES, ob. cit., p.228 reservava a sanção da nulidade para os casos em que se verificasse um nexo de causalidade entre a circunstância omitida ou transmitida de forma inexacta e o sinistro entretanto ocorrido.

legislação atualmente em vigor, o antigo regime não tinha em conta o grau de culpa, ou mesmo a sua existência, quando se verificassem inexatidões ou omissões de informação relevante.

O legislador evoluiu positivamente nesta sede. Hoje, o tomador do seguro que omita ou transmita de forma inexata determinada informação suscetível de influenciar na apreciação do risco pelo segurador, será confrontado com consequências distintas consoante tenha agido de forma negligente, com dolo ou com dolo com o propósito de obter uma vantagem. Ao que parece resultar da letra da lei, a ausência de culpa não determinará qualquer consequência para o tomador do seguro que omita ou transmita inexatamente certa informação.

Resulta hoje claro da letra da lei que, verificado um incumprimento doloso por parte do tomador, o contrato será anulável, e não nulo, mediante declaração escrita³⁴ a enviar pelo segurador ao tomador.

Nesta sede, o legislador distingue consoante tenha ou não ocorrido o sinistro, sendo o contrato, em qualquer dos casos, anulável nos termos já expostos.

Não tendo ainda ocorrido o sinistro, o segurador poderá proceder ao envio da referida declaração no prazo de três meses^{35/36}, contados desde o

³³ Atendendo aos interesses que poderão estar em causa na eventual invalidação do contrato de seguro – eminentemente particulares – parece apenas fazer sentido falarmos aqui em anulabilidade e não em nulidade, pese embora no atual regime este problema se encontre definitivamente ultrapassado, precisamente no sentido da anulabilidade. Nas palavras de CARLOS ALBERTO DA MOTA PINTO, *Teoria Geral do Direito Civil*, p.620, “O regime e os efeitos mais severos da nulidade encontram o seu fundamento teleológico em motivos de interesse público predominante. As anulabilidades fundam-se na infracção de requisitos dirigidos à tutela de interesses predominantemente particulares.”

³⁴ Não resultando expressamente do n.º1 do preceito em análise a exigência da forma escrita para a declaração que pretenda anular o contrato, somos da opinião de que esta deverá ser a forma a utilizar. Tal consideração parece resultar da conjugação da letra dos artigos 25º, 26º e 120º.

³⁵ Tendo sido, expressamente, concedido um prazo para que o segurador faça operar a anulabilidade, parece que, caso opte por não fazê-lo dentro do prazo legalmente previsto, não mais poderá valer-se do seu direito.

³⁶ Como refere JÚLIO GOMES, “O dever de informação do (candidato a)...”, p.424, não obstante algumas legislações no direito comparado consagrarem prazo idêntico para que o segurador possa anular o contrato, existem outras que preveem um prazo substancialmente mais reduzido. Atendendo ao escopo que poderia fundamentar uma eventual redução do prazo – a proteção do tomador, concedendo-lhe maior segurança no que respeita à validade do contrato – perguntamo-nos se não será suficientemente protetor um prazo de três meses quando nos deparamos com um sujeito que agiu dolosamente? Parece-nos que uma redução a este nível não se impõe.

momento do conhecimento (pelo segurador) do incumprimento do dever imposto ao tomador no artigo 24º, nº 1.³⁷

Caso o sinistro tenha já tido lugar, o segurador não está obrigado à sua cobertura, quer o mesmo se tenha verificado antes do conhecimento (pelo segurador) do incumprimento do tomador – produzindo-se os efeitos da anulabilidade retroativamente –, quer se verifique no decurso do prazo de três meses concedido pelo legislador ao segurador para anular o contrato, a partir do momento em que tenha tido conhecimento do incumprimento. Nestes casos o legislador remete para o regime geral da anulabilidade, previsto nos arts.287º e ss. do CC. Esta remissão, aparentemente simples, suscita algumas questões. Pensamos que não se exige o recurso a uma ação judicial para fazer operar a anulabilidade, dado que o legislador, no nº1 do art.25º refere expressamente que a anulação se fará “mediante declaração enviada pelo segurador ao tomador do seguro”.³⁸ /³⁹ Também como resulta do art.25º, os prémios pagos não terão que ser devolvidos ao tomador, podendo o segurador fazê-los seus. O que resta então do regime da anulabilidade? Segundo ARNALDO DA COSTA OLIVEIRA⁴⁰, e na senda de uma interpretação teleológica, a remissão para o regime geral da anulabilidade não preclui a aplicação do regime especial consagrado nos nºs 1 e 2 do art.25º, justificando-se antes como uma forma de reiterar a aplicação da obrigatoriedade de restituição, em caso de anulação do contrato, de tudo quanto já tiver sido prestado pelo segurador. Por sua vez, para PEDRO ROMANO MARTINEZ⁴¹, esta remissão tem apenas o intuito de esclarecer o nº3 do art.25º. Quanto a nós, somos da opinião que a remissão operada pelo legislador não afasta o regime especialmente consagrado, apenas se devendo ir procurar àquele tudo quanto não se encontre especificamente regulado neste. Referimo-nos,

³⁷ No mesmo sentido do defendido por JÚLIO GOMES, “O dever de informação do (candidato a)...”, n. 67, pensamos que, a partir do momento em que o segurador tome conhecimento do incumprimento do dever de informar por parte do tomador do seguro, deverá diligenciar no sentido de procurar saber se aquele incumprimento foi ou não doloso.

³⁸ Neste sentido, ARNALDO DA COSTA OLIVEIRA, ob. cit., p.125 e 126 e JÚLIO GOMES, “O dever de informação do (candidato a)...”, p. 423.

³⁹ ARNALDO DA COSTA OLIVEIRA, ob. cit, p. 127 aventa ainda a possibilidade de o segurador, não desejando *ab initio* anular o contrato, propor ao tomador do seguro uma alteração do contrato, posição também sufragada por JÚLIO GOMES, “O dever de informação do (candidato a)...”, p.424.

⁴⁰ Anot. ao art.25º, *Lei do Contrato de Seguro Anotada*, p.158.

⁴¹ Comentários ..., p.168.

nomeadamente, a par dos citados A., à faculdade de confirmação prevista no art.288º e à obrigatoriedade de restituição de tudo quanto tenha sido prestado – art.289º, ambos do CC.

Quando o tomador do seguro, dolosamente, omita ou transmita informações que possam influenciar na apreciação do risco por parte do segurador, ficará aquele constituído na obrigação de pagar a este os prémios até ao termo do prazo previsto no n.º2 – três meses. Esta obrigação cessa quando o segurador (ou seu representante) atue, ele próprio, com dolo ou negligência grosseira. Neste último caso, parece resultar da letra da lei que o tomador estará desobrigado do pagamento de quaisquer prémios após a anulação do contrato de seguro. No silêncio do legislador em sentido contrário, pensamos que todos os prémios pagos até então não terão de ser restituídos pelo segurador ao tomador, sendo “o preço a pagar” pela sua atuação dolosa - a perda de tudo quanto prestou –, estando a “contrapartida” da existência de dolo do segurador (ou seu representante) no não pagamento de prémios até ao termo do prazo previsto no n.º2. Já nos casos em que haja dolo do tomador com o propósito de obter uma vantagem serão devidos os prémios até ao termo do contrato, não fazendo o legislador, nesta sede, qualquer ressalva quanto às hipóteses em que o segurador (ou seu representante) atua com dolo ou negligência grosseira, o que nos parece uma solução merecedora de crítica.⁴² Sendo certo que a lei não deve defender o tomador nos casos em que este não careça de proteção por ter atuado de má fé, parece-nos evidente que semelhante consideração é de aplicar ao segurador.

Em suma, uma declaração inexata ou uma omissão dolosa do tomador, quando feita com o propósito de obter uma vantagem terá as mesmas consequências para este sujeito, independentemente de dolo do segurador. Por se tratar de solução algo draconiana, ARNALDO DA COSTA OLIVEIRA⁴³ defende nesta

⁴² No direito australiano, os Tribunais têm a faculdade de obstar à anulação do contrato, uma vez constatando que, embora tenha havido dolo com o propósito de obter uma vantagem (fraude) por parte do tomador, o segurador não tenha tido qualquer prejuízo ou quando este não tenha sido significativo, sendo apenas permitido ao segurador, nestes casos, diminuir o montante da sua prestação, solução que aplaudimos. Cfr. KATE LEWINS, ob. cit. p.163.

⁴³ Ob. cit., p.127

sede a aplicação analógica da 2ª parte do nº 4 do art.25º, posição esta não preconizada por JÚLIO GOMES^{44/45}.

Por fim, no que respeita ao ónus prova da existência de uma conduta dolosa por parte do tomador na omissão ou transmissão inexata de informações que possam influir na apreciação do risco por parte do segurador, ou até na decisão de contratar, parece-nos que o mesmo cabe ao segurador.⁴⁶ Só após o cumprimento deste ónus poderá fazer valer os seus direitos, nos termos já expostos.

2.2.2 O incumprimento negligente – artigo 26º

Analizadas as hipóteses em que o tomador do seguro, de forma dolosa, com ou sem o propósito de obter uma vantagem, omite ou transmite inexatamente uma informação suscetível de influenciar na apreciação do risco por parte do segurador, cumpre agora fazer referência aos casos em que essas mesmas omissões ou inexatidões existem, não tendo, no entanto, o tomador atuado dolosamente. Falamos agora de omissões ou inexatidões negligentes, cuja verificação conduzirá à aplicação do regime previsto no art.26º.

Confrontado com uma omissão ou inexatidão negligente por parte do tomador do seguro, o segurador poderá optar por propor uma alteração do contrato ou fazê-lo cessar. Em qualquer um dos casos, o segurador deverá comunicar a sua pretensão ao tomador por declaração escrita. Cremos ser esta interpretação a que resulta do corpo do artigo em análise (“declaração a enviar”). Comum às duas opções é também o período durante o qual o segurador pode escolher uma das duas faculdades que lhe são concedidas pela lei – três meses.

⁴⁴ “O dever de informação do (candidato a)...”, p. 431

⁴⁵ Não nos oferece o legislador qualquer solução equitativa para situações como aquela em que uma seguradora celebra um contrato por um ano e toma conhecimento da atuação dolosa do tomador com o propósito de obter uma vantagem, decorrido apenas um mês desde a celebração do contrato. Nesta situação, ao que parece, o tomador do seguro não terá outra hipótese que não a de efetuar o pagamento de doze meses de prémios. Se é verdade que não devemos proteger o tomador que age dolosamente, não será igualmente verdade que não devemos proteger o segurador desmesuradamente? Principalmente em situações em que este último também age dolosamente?

⁴⁶ Neste sentido JÚLIO GOMES, “O dever de informação do (candidato a)...”, p.427 e JOSÉ ENGRÁCIA ANTUNES, ob. cit. p.696. Em sentido contrário ANGELA SOLIMANDO, “Disciplina delle dichiarazioni precontrattuali nel contratto di assicurazione. Evoluzione della giurisprudenza”, p.42. Veja-se ainda, a este propósito, os Ac. STJ, de 19-10-1993, 24-04-2007 e 24-02-2008.

Caso entenda não reagir face à descoberta de omissões ou inexatidões negligentes, não fazendo uso da faculdade que lhe é oferecida pelo legislador, parece que o contrato se manterá nas mesmas condições, e uma vez decorridos os três meses referidos no preceito em análise, não mais poderá o segurador propor alterações ou fazer cessar o contrato.

Optando por propor uma alteração do contrato ao tomador, o segurador deverá fazê-lo por escrito, concedendo àquele um período não inferior a 14 dias para que se possa pronunciar sobre a aceitação da alteração proposta ou para que proceda ao envio de uma contraproposta, nos casos em que o segurador a admita. O contrato passará a reger-se pelas condições acordadas pelas partes, quando as mesmas chegarem a entendimento nesse sentido. Na situação inversa, isto é, quando as partes não acordem na alteração do contrato, seja porque o tomador não aceita as alterações propostas, ou o segurador as condições vertidas na contraproposta, seja pelo facto de não ter respondido à mesma, o contrato de seguro cessa os seus efeitos 20 dias após a receção pelo tomador da proposta efetuada pelo segurador, conforme dispõe o n.º2 do art.26º.

Por outro lado, o segurador poderá optar pela cessação do contrato quando demonstre que em caso algum o teria celebrado se tivesse conhecimento das circunstâncias omitidas ou inexatamente transmitidas. Neste último caso, o contrato cessará os seus efeitos 30 dias após o envio ao tomador da declaração de cessação pelo segurador.

Os prazos de dilação até que se produzam os efeitos da cessação do contrato, ao contrário do que sucede no regime do incumprimento doloso, encontram fundamento, precisamente, no facto de estarmos perante condutas com diferente grau de censurabilidade. Nestas hipóteses há que conferir alguma tutela ao tomador do seguro, permitindo-lhe assegurar a cobertura do risco (ainda que esta tutela seja meramente aparente, como se deixará explanado *infra*) durante um período razoável, até que possa celebrar um novo contrato de seguro para cobertura daquele mesmo risco. Quanto a nós, é de aplaudir esta solução legislativa. Admitimos o regime punitivo que resulta de alguns preceitos do RJCS quando em causa estejam condutas dolosas, as quais não cremos merecedoras de proteção. O mesmo já não se dirá quanto à situação de mera

negligência, em que o desvalor jurídico do comportamento do tomador não é gravoso ao ponto de ser defensável uma punição pela conduta adotada.

A cessação do contrato, observados que estejam os requisitos *supra* analisados, implica a devolução do prémio ao tomador do seguro na medida proporcional à cobertura que se tiver verificado até ao momento da cessação, regime que se justifica, dizemo-lo uma vez mais, por estarmos perante uma conduta negligente, proporcionalidade esta cuja não consagração facilmente se compreende no âmbito das omissões ou inexatidões dolosas.

Analisámos até este momento o regime aplicável às hipóteses em que o tomador do seguro negligentemente omite ou transmite de forma inexata ao segurador circunstâncias que têm influência na apreciação do risco ou na decisão de contratar e o segurador cessa o contrato antes da verificação do sinistro. Nestes casos, o regime a aplicar é o que se deixou explanado.

Por outro lado, nos casos em que o sinistro ocorra antes da cessação ou alteração do contrato⁴⁷ o regime a ter em conta é o consagrado no n.º4 do art.26º.

Determina o corpo deste preceito que o sinistro a ter em consideração será apenas aquele cuja verificação tenha sido influenciada por factos ou circunstâncias omitidas ou transmitidas inexatamente, de forma negligente. Assim, o legislador exige nesta sede um nexo de causalidade entre as circunstâncias negligentemente omitidas ou transmitidas de forma inexata e a ocorrência do sinistro, de onde se conclui *a contrario* que quando o sinistro não tenha qualquer relação com os factos omitidos ou informados de modo inexato, o segurador não poderá eximir-se da sua responsabilidade, estando obrigado à sua cobertura. A exigência de causalidade entre a verificação do sinistro e os factos omitidos (ou transmitidos de forma inexata) é requisito para a aplicação do regime consagrado no art.26º, n.º4. Ao contrário dos casos em que o tomador atua dolosamente⁴⁸, estas são situações em que o tomador age de forma

⁴⁷ Da letra da lei parece resultar que o regime cuja análise ora iniciamos se aplica tanto aos casos em que o sinistro ocorre antes do conhecimento do segurador das omissões ou inexatidões dolosas, quer o que ocorra no período concedido ao segurador para fazer cessar o contrato desde o momento em que tome conhecimento dessas circunstâncias.

⁴⁸ O regime do incumprimento doloso não exige qualquer nexo de causalidade entre as circunstâncias omitidas ou transmitidas de forma inexata e a verificação do sinistro. Se é certo que o tomador que atue com

descuidada, leviana, mas sem o propósito de induzir o segurador em erro. Parece-nos ser uma solução legislativa merecedora de aplauso. Como temos vindo a dizer, o RJCS consagra inúmeras disposições extremamente favoráveis ao segurador, deixando o tomador (via de regra, um consumidor, um particular, sem qualquer tipo de especialização ou conhecimento na área) numa posição fragilizada, contrariando em larga medida o escopo do contrato de seguro. Não defendemos uma tutela do tomador quando o mesmo atue contra o direito (como são os casos analisados no ponto 2.2.1), defendemos, isso sim, a não proteção desmesurada do segurador, quando se trata, por norma, de uma entidade profissional, capaz de, por si, acautelar os seus interesses aquando da negociação e celebração dos contratos.

Voltando à análise do art.26º, nos casos em que antes da cessação do contrato (ou sua alteração) se verifique a ocorrência de um sinistro (vimos já que a aplicação deste preceito implica que a verificação do sinistro tenha sido influenciada por factos negligentemente omitidos ou transmitidos de forma inexata), o segurador deverá cobrir o sinistro na proporção da diferença do prémio pago e o prémio devido caso tivesse conhecimento das omissões ou inexatidões negligentes (al. a) do n.º4) ou poderá ainda eximir-se da cobertura total do sinistro, quando demonstre que em caso algum teria contratado, uma vez transmitidas as informações negligentemente omitidas (al. b) do n.º4).

No que toca à possibilidade de o segurador se desobrigar da cobertura do sinistro, esta encontra-se consagrada apenas para os casos em que demonstre que não teria contratado naquelas condições. Dúvidas não restam de que o ónus probatório impende sobre o segurador. Nesta sede, cremos que o segurador deverá fazer prova da sua prática habitual, demonstrando que em situações

dolo não será merecedor de tutela jurídica, não deixamos de ficar surpreendidos com algumas situações que se revelam excessivamente penosas para o tomador. Veja-se o exemplo de um segurado, vítima de atropelamento, não ver o sinistro coberto pelo facto de ter omitido dolosamente (o próprio ou o tomador, conforme se deixou explicado *supra*) ao segurador que em tempos padeceu de um cancro. Consagrar também nesta sede um nexo de causalidade entre as omissões ou inexatidões dolosas e a ocorrência do sinistro não chocaria senão os seguradores.

Era também esta a solução legislativa no anterior regime legal, não se distinguindo, no entanto, os casos de dolo dos de negligência. No sentido de não ser necessário o nexo de causalidade em caso de omissão dolosa de circunstância relevante para a apreciação do risco, verificando-se a nulidade do contrato independentemente da influência da omissão na ocorrência do sinistro, veja-se o Ac. TRE, de 13-02-2003.

semelhantes se recusou a contratar.⁴⁹ A demonstração reclamada ao segurador deverá ser algo exigente, sob pena de frequentemente se eximir à cobertura do risco, quando apenas deveria ter reduzido a sua prestação de forma proporcional, deixando numa posição totalmente desprotegida o tomador, que acreditou estar o seu risco coberto. Por esta razão dizíamos *supra* que a tutela conferida pelo legislador no n.º2 do art.26º é meramente aparente, uma vez que demonstrando o segurador que em caso algum contrataria naquelas condições não cobrirá o sinistro.

⁴⁹ Partilhamos o entendimento de KATE LEWINS, ob. cit., p.162, quando a A. afirma que o segurador deverá demonstrar que a circunstância omitida, se do conhecimento do segurador, teria mudado o seu comportamento, seja a decisão de não contratar, seja a contratação noutras condições ou mediante o pagamento de um prémio diferente. Em todo o caso ao segurador serão exigidas evidências da sua prática habitual e da sua política comercial, só assim logrando cumprir esse ónus. Note-se que a A. vai mais longe que a lei nacional, exigindo esta prova tanto nos casos em que o segurador se recusaria a contratar como naqueles em que contrataria em diversas condições ou mediante o pagamento de um prémio distinto.

CAPÍTULO II

1. O dever pré-contratual de informação na contratação eletrónica

Fruto da evolução tecnológica a que temos vindo a assistir nos últimos anos, a celebração do contrato de seguro não obedece, hoje, apenas ao modelo tradicional no qual dois, ou mais, interessados se encontram pessoalmente com vista à negociação e celebração de um contrato. Atualmente esse modelo cede, não raras vezes, perante novas formas de contratar, nomeadamente a contratação à distância e a contratação eletrónica.⁵⁰ Esta possibilidade de celebração de contratos de seguro sem a presença simultânea dos contraentes é progressivamente facilitada pelo desenvolvimento de novos meios tecnológicos⁵¹, tendo também contribuído para esta matéria a alteração legislativa no que respeita à atual inexigência de forma escrita para a validade do contrato de seguro, conforme dita o art.32º.

Pese embora os dois conceitos convirjam em determinados aspetos, cumprirá fazer uma breve distinção entre contratação à distância (cujo regime se encontra consagrado no RJCD) e contratação eletrónica (regulado pelo RJCE).^{52/53} Conforme dispõe a legislação que regula esta temática, contrato à distância é

⁵⁰ A contratação eletrónica é uma modalidade de celebração de contratos que é permitida aos seguradores adotar – a par da forma tradicional da celebração de contratos ou de modo exclusivo -, sendo-lhes, no entanto, vedada a possibilidade de impor o recurso à via eletrónica por cláusulas contratuais gerais. Seguindo o exemplo apontado por PEDRO ROMANO MARTINEZ, *Direito dos Seguros, Relatório*, p.50, não poderá o segurador “determinar que a participação do sinistro tem de ser feita por via electrónica”.

⁵¹ Não obstante os problemas que se podem levantar nesta sede, (problemas técnicos, perda de informação, etc.), as grandes vantagens do desenvolvimento tecnológico em matéria de contratação estão, essencialmente, como afirma MOITINHO DE ALMEIDA, “A celebração à distância do contrato de seguro”, p.9, na promoção da concorrência que agiliza as trocas comerciais bem como na redução de custos na prestação dos serviços, tratando-se de poderosos fatores de desenvolvimento.

⁵² Quanto ao âmbito de aplicação dos mesmos convirá tecer algumas considerações. A Dir. 97/7/CE relativa à proteção dos consumidores em matéria de contratos celebrados à distância foi transposta para o ordenamento jurídico português pelo DL 143/2001. Apesar da aprovação deste diploma, a matéria dos contratos de seguro escapou à sua regulação, uma vez que o art.3º exclui expressamente do âmbito de aplicação “as operações de seguros e resseguros” (n.º1, al. a), ii)). Posteriormente, a Dir. 2002/65/CE relativa à comercialização à distância de serviços financeiros prestados a consumidores, que veio alterar, entre outras, a Dir. 97/7/CE, foi transposta para o ordenamento jurídico português pelo RJCD. Dúvidas não restam quanto à aplicabilidade deste diploma em matéria de seguros, sendo o próprio legislador que engloba os seguros na definição de “serviços financeiros” da al. c) do art.2º. Em sede de contratação eletrónica, a nível comunitário esta questão encontra-se regulada pela Dir. 2000/31/CE, também denominada “Diretiva sobre comércio eletrónico”, transposta para o nosso ordenamento jurídico pelo RJCE.

⁵³ Como destaca PAULA RIBEIRO ALVES, *Contrato de Seguro à Distância, O contrato electrónico*, p.49 “(...) o campo de aplicação do regime relativo à contratação electrónica é, de certa forma, mais vasto que o da comercialização à distância, que só abrange as situações em que intervém um consumidor. O regime da

“qualquer contrato cuja formação e conclusão sejam efetuadas exclusivamente através de meios de comunicação à distância, que se integrem num sistema de venda ou prestação de serviços organizados, com esse objectivo pelo prestador.” – art.2º, al. a) RJCD.⁵⁴

Constatamos, desde logo, que a contratação à distância implica o preenchimento dois requisitos cumulativos: a utilização exclusiva de meios de comunicação à distância⁵⁵ e um sistema de venda ou prestação de serviços organizados, com esse objetivo pelo prestador (neste caso, o segurador). Quanto aos meios de comunicação à distância, o Anexo I da Dir. 97/7/CE oferece um elenco exemplificativo dos mesmos, destacando, entre outros, a publicidade impressa com nota de encomenda, catálogo, telefone com ou sem intervenção humana, rádio, videofone, videotexto com teclado ou ecrã tátil, correio eletrónico, televisão. Atendendo à galopante evolução tecnológica, que todos os dias nos traz novos meios de comunicação, pensamos ser, atualmente, de acrescentar outros meios de comunicação, como a vídeo-conferência, a comunicação em linha e a utilização da *World Wide Web* (www), podendo até considerar-se, estes últimos, preponderantes relativamente aos primeiros.

Já no que respeita à contratação eletrónica, o legislador não consagrou nenhuma definição de contrato eletrónico⁵⁶, antes tendo optado por prever espécies diferenciadas deste tipo de contratos (arts.29º e 30º RJCE), às quais voltaremos *infra*. Certo é que, para que estejamos perante um contrato

contratação electrónica aplica-se a todo o comércio electrónico, independentemente da natureza dos sujeitos que nela intervenham, embora contenha regulamentação específica para os consumidores.” Não obstante possa parecer que, sendo o número de meios de comunicação à distância conhecidos muito superior aos meios de comunicação electrónica (essencialmente o correio eletrónico e a *Internet*), o âmbito de aplicação dos diplomas relativos à contratação electrónica será mais vasto atenta, precisamente, a sua aplicação a consumidores e não consumidores, sem descurar a consagração de regimes algo diferenciados para cada um dos casos.

⁵⁴ A propósito da noção de contratação à distância consagrada na Dir.2002/65/CE, DIANA CERINI, “La commercializzazione a distanza di servizi finanziari ai consumatori: lieto fine comunitario nella direttiva 2002/65/CE”, cp. 428, afirma tratar-se de uma definição ampla, devendo entender-se por meios de comunicação à distância todos os que prescindam da presença física e simultânea do prestador de serviços e do consumidor.

⁵⁵ O que obrigatoriamente leva a excluir do âmbito da contratação à distância qualquer situação em que as negociações tendentes à celebração de um contrato de seguro sejam feitas por meios de comunicação à distância e também, em parte, pessoalmente, com a presença física e simultânea dos contraentes. O recurso aos meios de comunicação à distância tem de ser o único meio utilizado na negociação e celebração do contrato para que possamos falar em contratação à distância.

⁵⁶ Ao contrário do legislador espanhol que na Ley española 34/2002, de 11 de julio define contrato eletrónico como todo o contrato em que a oferta e a aceitação se transmitem por meio de equipamentos eletrónicos de tratamento de dados, conectados a uma rede de telecomunicações – tradução nossa.

eletrónico, será necessária a utilização exclusiva de qualquer meio de comunicação eletrónico, destacando-se o correio eletrónico e a *Internet*.

Traçadas, deste modo, em termos muito gerais, as principais linhas caracterizadoras destes dois tipos de contratação, podemos facilmente concluir que um contrato à distância poderá ser simultaneamente um contrato eletrónico, quando estejam preenchidos os requisitos do primeiro e se recorra, de forma exclusiva, a meios eletrónicos na negociação e celebração do mesmo.⁵⁷ Contudo, poderá igualmente ocorrer que um contrato eletrónico não se enquadre no conceito de contrato à distância. A este propósito PAULA RIBEIRO ALVES⁵⁸ refere o exemplo de um contrato em que o tomador do seguro endereça uma mensagem de correio eletrónico ao segurador e negociam, por essa via, ou complementarmente por telefone, celebrando o contrato através de comunicações eletrónicas, fazendo o segurador envio da apólice ao tomador. Por não estarem preenchidos os requisitos exigidos pelo art.2º, al. a) do RJCD não poderemos falar aqui em contrato à distância, embora se trate, sem sombra de dúvida de um contrato eletrónico, uma vez que a negociação e celebração do mesmo foi feita através de meios de comunicação eletrónica.

Antes de avançarmos para um aspeto fundamental em matéria de contratação eletrónica – o dever de informação, assunto que muito preocupou o legislador bem como a doutrina comunitários e nacionais - convirá, por último, fazer referência a três aspetos.

Em primeiro lugar, e na sequência da já *supra* mencionada⁵⁹ massificação dos contratos de seguro, da necessidade/obrigatoriedade de os particulares a eles recorrerem bem como da especialização dos prestadores deste serviço, atualmente deparamo-nos inúmeras vezes com a celebração de contratos de seguro por mera adesão a cláusulas já estipuladas e redigidas *a priori* pelos seguradores, podendo inclusive afirmar-se ser esta a regra na grande maioria

⁵⁷ Conforme faz notar PAULA RIBEIRO ALVES, ob. cit., n.123, “Um mesmo contrato poderá ser, simultaneamente, um contrato à distância, electrónico, de consumo, de adesão e ter, ainda, outras características, que vão trazer à colação vários regimes jurídicos.”

⁵⁸ Ob. cit., n.398.

⁵⁹ Cap. I, ponto 1.

deste tipo de contratos.⁶⁰ A apresentação dos termos contratuais é, nestes casos, feita com recurso a cláusulas contratuais gerais, idênticas para qualquer potencial tomador do seguro, que muitas vezes se limitará a aceitar as cláusulas já redigidas, não havendo lugar a negociações. Nos casos em que isto se verifique, isto é, quando em causa esta a elaboração de cláusulas sem prévia negociação individual, que proponentes ou destinatários indeterminados se limitem, respetivamente, a subscrever ou aceitar ou cláusulas inseridas em contratos individualizados, mas cujo conteúdo previamente elaborado o destinatário não pode influenciar, será obrigatoriamente de aplicar o regime consagrado no RCCG.⁶¹

Em segundo lugar, há que distinguir os tipos de contratos celebrados por via eletrónica: a chamada “contratação em linha”, contratos celebrados por meio de comunicação individual e contratação sem intervenção humana. O art.29º do RJCE consagra os contratos celebrados em linha, isto é, aqueles casos em que há uma ordem de encomenda imediatamente entregue através do meio eletrónico utilizado, encomenda essa que irá ser recebida pelo prestador de serviços, inexistindo qualquer negociação das cláusulas contratuais entre as partes. Atentas as características desta modalidade de celebração facilmente se compreende que poderão surgir algumas questões em sede de contratos de seguro, na medida em que, a contratação em linha não permite o diálogo entre segurador e tomador, dificultando, em certos casos, a avaliação do risco. Este será o regime aplicável aos casos em que o contrato de seguro surge associado a outro bem ou serviço, p.e., a compra de uma viagem ou de determinado bem com a posterior entrega, tratando-se de situações em que a concretização do risco se faz pela celebração de um outro contrato anterior, nomeadamente de compra e venda, ou ainda aos casos de seguro automóvel e, em situações muito contadas, noutro tipo de seguros, como melhor veremos *infra*. Nestes casos haverá contratação eletrónica sem o recurso ao diálogo entre as partes.

⁶⁰ ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, ob. cit., p. 573 destaca que as cláusulas contratuais gerais assumem um papel relevante na conformação dos contratos de seguro, bem como contribuem para as habituais exigências de normalização, racionalização e facilitação do comércio, cumprindo ainda o “papel ontologicamente necessário, de permitir trabalhar com estatísticas e grandes números”.

⁶¹ Quanto à aplicabilidade do RCCG aos contratos de seguro, bem como à evolução legislativa nesta matéria, cfr. PAULA ALVES, “Comunicação e Informação de Cláusulas Contratuais Gerais: Uma relação de complementaridade. Especificidades do contrato de seguro.”, p. 39.

O art.30º (Contratos celebrados por meio de comunicação individual), por sua vez, poderá também aplicar-se aos contratos de seguro, na medida em que tratando-se de celebração de contrato por meio comunicações individuais, tal circunstância permite às partes negociar e celebrar o contrato tendo em conta aquele específico risco, concretamente apurado e conhecido pelo segurador, adequando, talvez de modo mais rigoroso, o cálculo do prémio a pagar ao concreto risco que se pretende ver coberto. Nesta modalidade, a negociação tendente à sua celebração passa pelo diálogo, via eletrônica, entre tomador do seguro e segurador, mediante o qual as cláusulas são discutidas e apreciadas tendo em conta aquele exato risco.

O art.33º do mesmo diploma prevê ainda a contratação sem intervenção humana⁶², isto é, a celebração de um contrato com recurso exclusivo a computadores.⁶³

Por último, pelo reduzido espaço de que dispomos, optaremos por nos cingir à matéria da negociação e celebração do contrato de seguro com recurso a meios de comunicação eletrónicos, e em concreto aos deveres de informação nesta sede, deixando, agora, de parte a contratação à distância. Esta opção prende-se com o facto de o comércio eletrónico, tema mais atual, ser aquele que tende a ser utilizado por um maior número de particulares, por referência aos outros meios de comunicação capazes de integrar o conceito de comercialização à distância (à exceção, talvez, do telefone), podendo em nosso entender, suscitar questões mais presentes e menos esclarecidas na esfera dos particulares.

⁶² Em rigor, em caso algum estará totalmente ausente a intervenção humana, dado que apenas a pessoa humana é capaz de transmitir declarações de vontade, essenciais à celebração do contrato, podendo, contudo, não estar presente no exato momento da celebração. Tal não significa que as informações introduzidas no computador (via pela qual se celebra o contrato) não tenha sido realizada com intervenção humana. Neste sentido PAULA RIBEIRO ALVES, ob. cit., p. 81.

⁶³ A este propósito reiteramos, no que respeita à determinação do risco, com as devidas adaptações, o que se deixou dito a propósito da contratação em linha, consagrada no art.29º RJCE.

1.1 Os deveres de informação na fase pré-contratual na contratação eletrónica

1.1.1 Os deveres do segurador

O dever de informação na celebração dos contratos de seguro surge normalmente associado à ideia de proteção do consumidor⁶⁴, tendo em atenção que na grande maioria dos casos os seguradores têm diante de si consumidores (pouco ou nada esclarecidos⁶⁵ em tema que se revela extremamente complexo) que pretendem a celebração de um contrato de seguro com vista à cobertura de um determinado risco, sendo, por vezes, obrigados a celebrar esse mesmo contrato.⁶⁶ Nos casos em que as partes contratantes sejam o segurador e um consumidor, a celebração do contrato deverá atender a toda a legislação em vigor nesta matéria.⁶⁷ A proteção conferida ao consumidor, não só em matéria de seguros, mas transversal ao universo dos contratos em que intervenha nessa qualidade, justifica-se pela assimetria de informação existente entre as partes contratantes, dado que o consumidor, contraente mais débil, estará perante um

⁶⁴ JOÃO CALVÃO DA SILVA, *Banca, Bolsa e Seguros, Tomo I – Direito Europeu e Português*, p.170 considera serem as seguradoras, nos casos em que elas próprias elaboram unilateralmente as cláusulas integrantes dos contratos, as principais interessadas no esclarecimento dos consumidores, “a fim de a relação contratual ser susceptível de se estabelecer com pleno conhecimento de causa e a indispensável confiança mútua que a deve nortear geneticamente e funcionalmente.”

Sobre o dever de informação no RCCG veja-se ainda ANA PRATA, *Contratos de adesão e cláusulas contratuais gerais*, pp.252 e ss.

⁶⁵ PEDRO PAIS DE VASCONCELOS, *Teoria Geral do Direito Civil*, p.630 fala mesmo numa “situação de inferioridade dos aderentes”.

⁶⁶ Como é o exemplo do seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel, regulado pelo DL 291/2007.

Sendo certo que vigora nesta matéria o princípio da liberdade contratual (art.405º CC e art.25º RJCE), salvo os casos em que o legislador consagra expressamente a obrigatoriedade de celebração de contratos de seguro, a liberdade do tomador de seguro é muitas vezes coartada não só no que respeita à decisão de celebrar determinado contrato, mas, igualmente, na conformação do seu conteúdo. Como destaca JOÃO CALVÃO DA SILVA, ob. cit., p.165 “a partir do momento em que certas operações se tornaram correntes, realizadas diariamente por número indeterminado de pessoas humanas e pessoas jurídicas, *exigências de simplificação e racionalização de custos* (de tempo e pessoal) e de *eficiência, celeridade e segurança na contratação* levam os operadores financeiros a elaborar formulários ou impressos, com um conjunto de cláusulas que os clientes não estarão em condições de discutir, dada a desproporção de forças e assimetria de conhecimentos, formação e informação em que se encontram perante aqueles: “pegar ou largar”, concluir ou não o contrato, é a “liberdade” que resta ao cliente... de bem ou serviço tantas vezes essencial e para si concretamente indispensável.” Neste sentido ainda JOAQUIM DE SOUSA RIBEIRO, *O Problema do Contrato*, p.277.

⁶⁷ Para além dos diplomas que temos vindo a referir, não deverá ser esquecida a LDC.

profissional, especializado na área em que se propõe a contratar.⁶⁸ Como se deixou exposto (Cap.I, ponto 1.), atualmente o segurador é a parte mais forte na relação contratual por se tratar, via de regra, de um profissional, compreendendo-se, assim, o seu grau de especialização. Deste modo, é de aplaudir a preocupação legislativa de procurar a maior elucidação possível do tomador, nomeadamente quanto ao conteúdo do contrato, seu âmbito de aplicação, etc. De salientar é o facto de não se pretender com esta proteção tratar o consumidor como alguém diminuído, sendo-lhe inclusive exigível alguma predisposição para obter a informação que tem direito a receber. Como afirma PAULA ALVES⁶⁹, “ao direito de ser informado corresponderá o dever de se deixar informar, de solicitar a informação necessária”, o que significa que o próprio consumidor deverá atuar de forma diligente, pretendendo fazer valer os seus direitos, não lhe bastando permanecer inerte face à conduta do segurador.

No que respeita ao conteúdo da informação que o segurador está obrigado a fornecer ao tomador em sede de contratação eletrónica, o art.28º do RJCE, sob a epígrafe “Informações prévias” prevê a prestação de uma informação mínima inequívoca.

Sendo o contrato eletrónico simultaneamente um contrato à distância, devemos ainda chamar à colação o regime consagrado no RJCD. Dita o n.º 1 do art.11º deste diploma que a informação deverá ser prestada em suporte duradouro, devendo estar disponível e acessível ao consumidor em tempo útil e antes de este ficar vinculado por uma proposta ou por um contrato à distância, podendo o tomador exigir a qualquer momento que lhe sejam fornecidos os termos do contrato em suporte de papel (n.º 4 do mesmo preceito).⁷⁰ Quanto às concretas informações que deverão ser prestadas, os arts.13º a 15º consagram um elenco das mesmas, dividindo informações relativas ao prestador de serviço, ao serviço financeiro e ao contrato, respetivamente. Conforme dita ainda o

⁶⁸ CATARINA FIGUEIREDO CARDOSO, “A actividade seguradora na internet, Alguns aspectos”, p. 21 defende que a necessidade de proteção dos consumidores em matéria de contratação de seguros pela Internet advém da “circunstância de as partes não estarem em presença aquando da celebração do contrato.”

⁶⁹ Ob. cit., p. 37.

⁷⁰ A propósito do correspondente preceito consagrado na diretiva comunitária (art.3º da Dir.2002/65/CE), DIANA CERINI, ob. cit., p.430 destaca a importância de adequar a informação prestada ao concreto serviço financeiro prestado. Na verdade, só assim se poderá considerar cumprido o dever de obrigação de informação do segurador.

art.17º do RJCD, o disposto nos *supra* referenciados preceitos não prejudica a aplicação dos requisitos em sede de informação prévia adicional previstos nos diplomas reguladores dos serviços financeiros, *in casu*, o RJCS. Assim, a obrigação de informação do segurador não se esgota com o cumprimento dos dispositivos expressamente previstos para a contratação de serviços financeiros.⁷¹

Estando em causa a celebração de um contrato de seguro acrescem aos deveres de informação referidos os consagrados na LCS relativamente à negociação e celebração de contratos de seguro (art.18 e ss.).⁷²

No que respeita em concreto à matéria de que nos ocupamos no presente ensaio, vimos já (ponto 2.1) que o segurador deverá informar o tomador do seguro de que este está obrigado a declarar todas as circunstâncias relevantes que possam influenciar na apreciação do risco pelo segurador (art.24º, n.º4). Na contratação eletrónica este dever mantém-se, não havendo razões para afastar a sua aplicação. Estando expressamente previsto este dever na legislação que regula o contrato de seguro, o segurador terá que prestar essa informação ao tomador, seja no âmbito da contratação eletrónica, seja no modo de negociação e celebração “tradicional” dos contratos. A questão que aqui nos parece levantar mais dificuldades diz respeito ao modo como o segurador cumpre essa sua obrigação. Na verdade, analisados alguns *websites* de seguradoras que possibilitam a celebração de contratos via eletrónica constatamos que o cumprimento deste dever por parte do segurador se concretiza, na prática, através da transcrição *ipsis verbis* da letra da lei, mais concretamente do art.24º do RJCS, num documento que pode ser descarregado ao qual é, via de regra, atribuído o nome de “condições gerais”.⁷³ Permitimo-nos perguntar: com a mera

⁷¹ Segundo CARLOS MOITINHO DE ALMEIDA, *Contrato de Seguro, Estudos*, p. 59, a propósito do correspondente preceito comunitário, “Teve a Directiva como objetivo obstar ao risco de a contratação à distância conduzir à restrição indevida da informação do cliente, o qual deve dispor dos elementos necessários de modo a poder convenientemente apreciar o serviço financeiro que lhe é proposto e tomar uma decisão esclarecida”.

⁷² Como se deixou ainda dito *supra* e resultando claramente do n.º2 do art.18º, tratando-se o tomador do seguro de um consumidor, aos deveres de informação referidos acrescem os previstos noutros diplomas, nomeadamente, na LDC.

⁷³ Veja-se, a título de exemplo as “condições gerais” que podem ser descarregadas nos seguintes *sites*: www.seguroscontinente.pt, www.nseguros.pt. Noutros casos, as aludidas “condições gerais” surgem apenas aquando da iniciação da celebração do contrato de seguro, quando o candidato a tomador avança na loja virtual, devendo o tomador declarar que das mesmas tomou conhecimento, condição *sine qua non* para que possa continuar a preencher o questionário que lhe é fornecido. Veja-se o exemplo retirado do sítio

transcrição da lei deverá considerar-se cumprido o dever do segurador? Pensamos que o cumprimento do dever de informação pré-contratual deveria ir além da transcrição dos normativos que regulam esta matéria, por forma a que o candidato a tomador de seguro pudesse ficar, efetivamente, esclarecido. Sendo o destinatário, frequentemente, um consumidor – circunstância reconhecida pelo legislador, como ficou já *supra* exposto – e atentas as dificuldades que os próprios técnicos têm na interpretação das normas em vigor, sejam eles os seguradores ou os juristas, não se vislumbra como se pode considerar cumprido o dever do segurador com a simples transcrição da lei por estarmos perante dispositivos equívocos cuja interpretação apresenta enormes dificuldades. Em especial nesta sede, o segurador deverá procurar esclarecer o tomador quanto aos aspetos sobre os quais se levantem maiores dúvidas, o que deverá ser feito através de um diálogo via correio eletrónico – para que nos possamos continuar a movimentar nesta modalidade de contratação – não esquecendo que o próprio tomador deverá também ter uma atitude pró-ativa, procurando esses esclarecimentos.

Quanto às consequências do incumprimento deste dever, as mesmas já foram abordadas *supra*, tendo o legislador ido um pouco mais longe em sede de contratação eletrónica. Relativamente à informação expressamente prevista no RJCD, quando o segurador não cumpra na íntegra o seu dever de informação, incorrerá na prática de uma contraordenação punível nos termos dos arts.35º e ss. Contudo, apesar de o legislador, como vimos, ter abrangido no dever de informação os deveres consagrados em legislação específica de cada serviço financeiro, não operou a mesma extensão em matéria de contraordenação. Deste modo, o incumprimento do estipulado no art.17º do RJCD, concretamente, a não prestação da informação prevista no art.24º, n.º4 não constituirá a prática de qualquer contraordenação, antes sendo de aplicar o regime geral da responsabilidade civil, conforme previsto no RJCS.

www.logo.pt. Questão que aqui se coloca é a de saber se a declaração, através de um *click* no espaço destinado para o efeito, assegura que o tomador terá efetivamente criado a consciência necessária para que se possa considerar devidamente elucidado sobre as condições gerais daquele contrato. Sucede frequentemente que o tomador (ou o comprador noutras situações semelhantes em que se adquire um qualquer produto *online*) declara ter tomado conhecimento sem efetivamente ter lido as aludidas “condições gerais”. Contudo, reiteramos, também nesta sede, que o tomador deverá procurar ativamente a informação, estando obrigado a lê-la, devendo fazer a declaração a que está obrigado apenas quando se tenha consciencializado do seu conteúdo.

De tudo quanto ficou exposto concluímos que a multiplicidade de conteúdos que o segurador está obrigado a prestar ao tomador é suscetível de consubstanciar um excesso de informação que poderá ter o efeito inverso do pretendido – provocar fadiga no tomador, desestimulando a procura de informação e esclarecimentos. Como salienta PAULA ALVES⁷⁴ “há, pois, que organizar a loja virtual de modo a que o tomador de seguro possa formar convenientemente a sua vontade, fazendo-o passar por toda a informação que é necessário levar ao conhecimento.” Claro está que nesta sede poderíamos alegar que o consumidor, atento precisamente o excesso de informação constante das chamadas “letras pequenas” onde constarão as informações de que ora tratamos, frequentemente aceita essas mesmas condições, prosseguindo sem as ler cuidada e atentamente. No entanto, como já referimos, ao tomador é exigida alguma diligência no sentido de procurar a informação que tem direito a obter. Só assim, com a diligência adequada de ambas as partes, se logrará atingir os objetivos pretendidos pelo dever de informação pré-contratual.

1.1.2 Os deveres do tomador do seguro

Vimos já que o segurador está obrigado a informar o tomador de que este último terá que declarar, aquando da negociação de um contrato de seguro, todas as circunstâncias pertinentes para a avaliação do risco que pretende ver coberto (art.24º, n.º4).⁷⁵ Em matéria de contratação eletrónica coloca-se o problema de saber de que forma poderá o tomador cumprir a sua obrigação. No modo tradicional da celebração do contrato de seguro, em que tomador e segurador estão frente a frente com vista à celebração do contrato, facilmente o tomador poderá prestar todas as informações ao segurador. Uma vez advertido pelo segurador do dever que sobre si impende o tomador poderá declarar todas essas circunstâncias, por norma através do preenchimento de espaços

⁷⁴ Ob. cit., p.189.

⁷⁵ O tratamento dos dados pessoais do tomador fornecidos aquando da elaboração da proposta de seguro deverá obedecer à legislação em vigor nessa matéria, nomeadamente a LPDP, quer se trate da celebração de um contrato de seguro nos moldes ditos tradicionais, quer no âmbito da contratação eletrónica. Para um estudo mais aprofundado desta questão na contratação eletrónica, veja-se PEDRO ROMANO MARTINEZ, *Contrato de Seguro e Informática*, pp.29 a 31. Sobre o tratamento de dados pessoais e proteção da privacidade no setor das comunicações eletrónicas, deverá ainda ser atendido o disposto na LPDPCE.

destinados para o efeito, num eventual questionário que lhe seja fornecido. Na verdade, a imediatividade do diálogo presencial permite ao tomador aferir, com maior clareza, a relevância de determinada circunstância para a apreciação do risco que pretende ver coberto, o que permitirá uma declaração mais rigorosa e completa.

Vejam os agora o caso da celebração de um contrato de seguro via eletrónica em que, lidas as informações prévias que o segurador está obrigado a prestar, o tomador toma conhecimento da sua obrigação, avançando na loja virtual. Frequentemente é facultado um questionário ao tomador para que este proceda ao seu preenchimento via eletrónica. Este questionário é feito, via de regra, por fases, sendo solicitada a informação progressivamente. São colocadas várias questões e é concedido um espaço reduzido para que o tomador proceda à sua resposta, disponibilizando-se, por vezes, opções de resposta ao invés de um campo onde o tomador introduz determinado texto. Facilmente se compreende que o tomador, atentas as perguntas que lhe são colocadas e o espaço de que dispõe para responder às questões, por regra, diminuído, poderá deixar por revelar determinadas circunstâncias que seriam pertinentes para a apreciação do risco. Muitas vezes, o tomador poderá até ser levado a crer que os factos relevantes serão apenas os questionados ou as remotas hipóteses que lhe são fornecidas, quando o próprio segurador condicione a resposta. Nestes casos, em que é o próprio segurador que leva o tomador a considerar que nada mais do que o que é perguntado é relevante, e preenchido o questionário de modo diligente, parece-nos dever considerar-se cumprido o dever pré-contratual de informação do tomador.

Refira-se ainda que poderão existir espaços destinados a informações complementares⁷⁶ nos questionários facultados nas lojas virtuais. Poderíamos sustentar que esta seria a forma de fazer o tomador do seguro cumprir o seu dever sem que se pudesse considerar influenciado pelo concreto conteúdo das questões colocadas pelo segurador. Contudo, não cremos ser suficiente a disponibilização ao tomador de um espaço para observações adicionais para que

⁷⁶ A disponibilização do referido campo de observações complementares permitirá auxiliar o tomador no cumprimento da sua obrigação de declarar as circunstâncias relevantes para a apreciação do risco, para além das que sejam concretamente questionadas.

se possa abalar a influência criada pelo questionário, bem como para que se possa garantir, do modo inequívoco, a reunião das condições necessárias à declaração de todas as circunstâncias. Em primeiro lugar, estes campos não têm, via de regra, uma extensão de caracteres ilimitada, condicionando sempre as respostas que poderão ser fornecidas pelo tomador, que muitas vezes até exigem explicações longas para que se possam efetivamente considerar completas. Em segundo lugar, não cremos que o campo de declarações complementares seja suscetível de afastar a convicção criada na esfera do tomador quanto às concretas questões colocadas. Por exemplo, se o segurador pergunta ao tomador se o imóvel para o qual pretende a celebração de um seguro contra incêndio terá sofrido algum incêndio nos últimos 5 anos, não será exigível ao tomador que, nas declarações complementares, informe o segurador de que aí deflagrou um incêndio há 8 anos, precisamente por ter sido a própria questão a induzir o tomador nesse sentido.⁷⁷ Será razoável considerar que o tomador entende ser desnecessária essa informação, caso contrário o segurador teria colocado a questão de outra forma, nomeadamente, mais abrangente.

Pela análise de alguns *websites*, constatamos que a contratação eletrônica de um contrato de seguro, efetuada através do preenchimento de um questionário *online*, declarando no campo de observações complementares todas as informações adicionais – no limite permitido – que não tenham sido prestadas aquando da resposta às questões concretamente colocadas, assumirá sempre a modalidade prevista no art.29º do RJCE. Afastada estará a hipótese de diálogo entre as partes, o que condiciona a averiguação detalhada dos contornos do risco que se pretende ver coberto, particularmente quando as circunstâncias relevantes para essa apreciação não obedeçam a um certo padrão, variando consideravelmente de consumidor para consumidor, o que não permite a formulação de um questionário adequado.⁷⁸ O candidato a tomador, quer opte,k

⁷⁷ PAULA ALVES, ob. cit., p.173 aponta o exemplo de um formulário numa loja virtual em que seja necessário responder se o risco que se pretende ver coberto esteve já coberto noutro segurador e ser apenas concedido ao tomador espaço para declarar uma empresa.

⁷⁸ Sabemos que a formulação do questionário não se trata de uma imposição feita ao segurador mas sim de uma faculdade que lhe é concedida. Contudo, em matéria de contratação eletrônica, quando o questionário seja efetivamente elaborado, parece-nos que a influência que o mesmo poderá ter na esfera do tomador do seguro é maior do que no modo “tradicional” da celebração de contratos, precisamente por faltar na contratação eletrônica a característica da imediação, de que já falamos *supra*, que melhor permite ao

quer não por fazer a simulação do contrato de seguro que pretende celebrar, pode avançar na loja virtual, respondendo às questões que lhe são colocadas – levantando-se nesta sede os problemas já referidos *supra* quanto à relevância do questionário – finalizando a sua proposta⁷⁹ com um simples *click*, seguindo-se o regime estipulado no referido preceito. Prestadas as informações solicitadas pelo questionário, o tomador estará a fazer uma proposta contratual ao segurador, que enviará àquele a aceitação da proposta, caso pretenda a assunção daquele risco conforme descrito pelo tomador, por correio eletrónico cujo endereço tenha sido indicado no aludido questionário. É o preenchimento do questionário fornecido que permite, por um lado, fazer com que o tomador informe o segurador das exatas características do risco que pretende ver coberto e, por outro lado, que o segurador, através da análise das informações prestadas, possa avaliar o risco, aceitando ou declinando a proposta do tomador. Caso o segurador aceite a proposta do tomador, este deverá reconfirmá-la, reiterando a ordem emitida, considerando-se formado o contrato, *vide* art.29º, n.º5 RJCE.

Uma das grandes vantagens proporcionadas pela contratação em linha traduz-se na oferta de preços mais reduzidos. Contudo, não podemos descurar que, por norma, as coberturas garantidas com a celebração de contratos de seguro por esta via são muito pouco abrangentes, consistindo, na grande maioria das vezes, em coberturas mínimas, de onde se conclui que a vantagem patrimonial retirada pelo tomador, ao recorrer à contratação eletrónica, acaba por ser residual quando em causa estejam coberturas semelhantes.

Se é verdade que este procedimento vem sendo possível, certo é também, que, na prática, se encontra disponível apenas para determinado tipo de seguros.

São vários os seguradores que colocam na disposição do tomador a opção de celebrar um contrato de seguro automóvel⁸⁰ com recurso à via eletrónica (na

tomador aperceber-se, pelo aconselhamento presencial, das circunstâncias que poderão influenciar na apreciação do risco.

⁷⁹ A consideração da declaração do tomador como uma proposta contratual ou como uma aceitação de uma proposta efetuada pelo segurado dependerá do preenchimento dos requisitos consagrados no art.32º do RJCE – quando contenha todos os elementos necessários para que o contrato fique concluído com a simples aceitação do destinatário a declaração emitida pelo segurador configura uma verdadeira proposta contratual, sendo um convite a contratar na situação inversa.

⁸⁰ É este, a par dos contratos de seguro associados à compra de outros bens ou serviços, como já referimos *supra*, o mais frequente, como se poderá constatar, a título de exemplo, nos seguintes *websites*: www.logo.pt, www.nseguros.pt, www.okteleseguros.pt, www.fidelidademundial.pt.

modalidade prevista no referido preceito), o que se justifica, essencialmente, pelas características deste ramo, que permitem uma maior padronização do risco que se pretende cobrir. Para além deste fator, há que ter ainda em consideração a existência de uma base de dados nacional de sinistralidade automóvel que possibilita aos seguradores a análise rigorosa do “cadastro” daquele veículo⁸¹, através da matrícula indicada pelo tomador no *website*, aquando do preenchimento do questionário, permitindo, quase de imediato, calcular casuisticamente o montante do prémio a pagar, conferindo-se maior segurança jurídica ao contrato.

Para além do seguro automóvel é ainda possível celebrar em linha outros contratos de seguro^{82/83}, embora a prática demonstre que o número de seguradores que o permitem seja muito mais reduzido. Esta circunstância justifica-se por várias razões. Em primeiro lugar, o desenvolvimento de uma loja virtual que facilite esta modalidade de celebração exige um grande investimento inicial por parte dos prestadores deste serviço, nomeadamente, no que respeita à organização das estruturas necessárias para o seu funcionamento (marketing, software, etc.), não sendo, por isso, acessível a todos.⁸⁴ Por outro lado, também não será fácil a estruturação adequada de uma loja virtual que permita conferir segurança à celebração de seguros mais complexos.

Situação frequente é ainda a de os próprios *websites* remeterem o candidato a tomador para uma linha de apoio telefónico⁸⁵ ou informarem o tomador de que deverá fornecer um endereço eletrónico e aguardar pelo contacto do prestador do serviço, estimulando-se, deste modo, um contacto mais direto e imediato entre tomador e segurador. Assim, na celebração de contratos

⁸¹ Compete ao segurador que receba a proposta do seguro automóvel cruzar a informação relativa à identidade dos responsáveis pelos sinistros que se encontrem registados e a identidade daquele tomador do seguro, uma vez que o que fará agravar, ou não, o valor do prémio será, precisamente, a intervenção daquele concreto indivíduo.

⁸² De que são exemplo o seguro multirriscos habitação, seguro de saúde, seguro de acidentes pessoais, entre outros.

⁸³ Nem todos os contratos de seguro são passíveis de ser celebrados via eletrónica, variando também entre as várias empresas seguradoras o tipo de contratos que pode ser celebrado por esta via.

⁸⁴ Note-se que os seguradores que o permitem estão, por norma, inseridos em grupos de empresas de elevada capacidade financeira.

⁸⁵ Recorrendo à referida linha de apoio telefónica, deixaremos de estar no campo da contratação eletrónica, uma vez que esta exige a utilização exclusiva de meios de comunicação eletrónicos, passando a tratar-se apenas de contratação à distância.

de seguro via eletrónica, quando seja possível a sua celebração, poderão igualmente os seguradores facultar a modalidade de contratação prevista no art.30º do RJCE, para além da já analisada contratação em linha. A globalidade dos elementos necessários à formação dos contratos, a reunião de toda a informação essencial para a avaliação do risco que se pretende ver coberto bem como a eventual complexidade dos mesmos, poderão dificultar formulação de um questionário adequado, ainda que complementado por informações adicionais, atentas as considerações que aduzimos *supra*, motivo pelo qual, por vezes, quando o tomador pretende a negociação e celebração de um contrato de seguro, poderá recorrer ao *website* do segurador com quem pretende negociar esse mesmo contrato, seleccionar o tipo contratual pretendido, preencher os campos de informações elementares (como a sua identificação e a indicação de um endereço eletrónico) e aguardar o contacto por parte do prestador. Inicia-se, deste modo, um diálogo, via eletrónica, através do qual segurador e tomador solicitam e fornecem, respetivamente, informações relevantes para a apreciação do risco e eventual subsequente formação do contrato.

Conclusões

1. Com a elaboração do presente trabalho, procurámos fazer a análise de diversas alterações verificadas com a aprovação do RJCS, nomeadamente, no que se refere ao dever de informação pré-contratual do tomador de seguro nas negociações tendentes à celebração do contrato. Tentámos, igualmente, descortinar os aspetos que carecem de clarificação legislativa, bem como aqueles que nos parecem merecedores de aplauso.

2. Na verdade, e atento o regime que se encontrava em vigor anteriormente, sem dúvida que a aprovação de um novo regime se impunha, não se vislumbrando a viabilidade da subsistência do anterior, porque demasiado desfasado da realidade atual.

3. Não obstante as alterações verificadas, o RJCS não está isento de críticas. Transversal a muitos preceitos deste diploma mantém-se uma proteção desmesurada do segurador – hoje o contraente mais forte – que põe em causa, não raras vezes, o escopo deste contrato. A incerteza com que frequentemente se depara o tomador não ficou resolvida, podendo até, como vimos nos casos da al.b) do n.º4 do artigo 26º, redundar numa tutela aparente, que poderá deixar o segurado sem qualquer cobertura, uma vez verificado o sinistro.

4. Não somos defensores de uma proteção do tomador quando ele próprio atue em desconformidade com as regras da boa fé, nomeadamente, nos casos em que assume uma conduta dolosa ou até com o propósito de obter uma vantagem. Não podemos, contudo, conformar-nos com uma tutela desmesurada do segurador que advém de uma tentativa de punir o tomador pelas suas condutas, quando as mesmas não são merecedoras de uma censura jurídica gravosa (como são os casos em que o tomador age negligentemente).

5. Relativamente ao regime geral do dever em análise, pensamos, por fim, que se impunha uma maior atenção a uma realidade que consiste na

obrigatoriedade da celebração de determinados contratos de seguro e na rara possibilidade que o tomador tem de conformar o conteúdo do contrato. Deverão os seguradores, deste modo, procurar esclarecer efetivamente o tomador do seguro no que respeita aos seus deveres e obrigações, principalmente nos casos em que se trata de um consumidor, evitando, em prol do escopo deste contrato, a generalização dos casos em que, num momento posterior, aquando da verificação do sinistro, tentando encontrar “falhas” no *iter negotii*, os seguradores procuram e logram eximir-se à sua responsabilidade.

6. Relativamente à contratação eletrónica, sendo certo que, progressivamente, se pugna pela informação e instrução dos consumidores no que toca ao uso dos meios de comunicação eletrónicos, não podemos nunca esquecer que esta é uma realidade que não se encontra diariamente acessível a qualquer consumidor. Aliadas a uma utilização esporádica destes meios estão ainda as dificuldades trazidas pela posição de contraente mais débil assumida pelo consumidor, confrontado com um verdadeiro especialista. Também a conjugação do sistema do questionário aberto com a inexistência da característica da imediação nesta sede, torna mais difícil uma subscrição consciente do risco.

7. Por último, não podemos deixar de notar que existe uma grande fragilidade nesta modalidade de contratação: a falta de acompanhamento, por um intermediário do segurador, na negociação do conteúdo contratual, semelhante ao apoio concedido na celebração de contratos de seguro pela via “tradicional”, com as evidentes consequências em termos de esclarecimento e consciencialização do tomador do seguro.

Bibliografia citada

ALMEIDA, Carlos Moitinho de, “A celebração à distância do contrato de seguro”, *Actualidade Jurídica*, Uría Menéndez, ano 2007, n.º18, Tribuna Abierta, pp. 9-26

ALMEIDA, Carlos Moitinho de, *Contrato de Seguro, Estudos*, Coimbra Editora, Coimbra, 2009

ALMEIDA, Carlos Moitinho de, *O contrato de seguro no direito português e comparado*, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1971

ALVES, Paula “Comunicação e Informação de Cláusulas Contratuais Gerais: Uma relação de complementaridade. Especificidades do contrato de seguro.”, *Fórum*, n.º14, janeiro 2002, pp. 31-42

ALVES, Paula Ribeiro, *Contrato de Seguro à Distância, O contrato electrónico*, Almedina, Coimbra, 2009

ANTUNES, José A. Engrácia, *Direito dos Contratos Comerciais*, Almedina, Coimbra, 2009

BIN, Mario, “Informazione e contratto di assicurazione”, *Revista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile*, ano 47, 1993, pp. 727-737

BUTCHER, Christopher, Q.C., “Good Faith in Insurance Law: A Redundant Concept?”, *The Journal of Business Law*, 2008, pp. 375-391

CALDAS, Luis Filipe, “Direitos e deveres de informação: sanção das declarações inexactas do tomador”, *III Congresso Nacional de Direito dos Seguros, Memórias*, Coordenação de António Moreira e M. Costa Martins, Almedina, Coimbra, 2003, pp. 281-289

CARDOSO, Catarina Figueiredo, “A actividade seguradora na internet, Alguns aspectos”, *Fórum*, ano VI, n.º15, agosto 2003, pp. 19-26

CERINI, Diana, “La commercializzazione a distanza di servizi finanziari ai consumatori: lieto fine comunitario nella direttiva 2002/65/CE”, *Diritto ed Economia Dell’Assicurazione*, IRSA, Giufre Editore, 2003, pp. 425-440

CORDEIRO, António Menezes, *Manual de Direito Comercial*, I volume, Almedina, Coimbra, 2003

GERALDES, António Santos Abrantes, “O novo regime do contrato de seguro, Antigas e novas questões”, Intervenção no Colóquio organizado pela AIDA-PORTUGAL (Secção portuguesa da Associação Internacional de Direito dos Seguros), em 10 de março de 2012, sob o tema Novo Regime do Contrato de Seguros, no painel “Contrato de Seguros: Praxis”, disponível em <http://www.trl.mj.pt/PDF/REGIME.pdf>

GOMES, José Caramelo, “Contrato de Seguro e Tecnologias de Informação”, *III Congresso Nacional de Direito dos Seguros, Memórias*, Coordenação de António Moreira e M. Costa Martins, Almedina, Coimbra, 2003, pp.67-122

GOMES, Júlio, “O dever de informação do (candidato a) tomador de seguro na fase pré-contratual, à luz do Decreto-Lei 72/2008 de 16 de Abril”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Carlos Ferreira de Almeida*, Almedina, Coimbra 2011, pp. 387-445

GOMES, Júlio “O dever de informação do tomador do seguro na fase pré-contratual”, *II Congresso Nacional do Direito dos Seguros, Memórias*, Coordenação de António Moreira e M. Costa Martins, Almedina, 2001, pp. 75-113

HÖRSTER, Ewald, *A parte Geral do Código Civil*, Almedina, Coimbra, 2003

LAMBERT-FAIVRE, Yyonne, *Droit des assurances*, quarta edição, Dalloz, Paris, 1982

LEWINS, Kate, “Reforming Non-disclosure in Insurance Law: The Australian Experience”, *The Journal of Business Law*, 2008, pp. 158-178

MARTINEZ, Pedro Romano, “Contrato de Seguro e Informática”, *III Congresso Nacional de Direito dos Seguros*, Memórias, Coordenação de António Moreira e M. Costa Martins, Almedina, Coimbra, 2003, pp. 29 a 39

MARTINEZ, Pedro Romano, *Direito dos Seguros, Relatório*, separata da Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Coimbra Editora, 2006, pp. 6-81

MARTINEZ, Pedro Romano e outros, *Lei do Contrato de Seguro Anotada*, 2^a edição, Almedina, Coimbra, 2011

MARTINS, Costa, “Considerações sobre a “fraude” em seguros”, *I Congresso Nacional de Direito dos Seguros*, Memórias, Coord. de António Moreira e M. Costa Martins, Almedina, Coimbra, 2000, pp. 141-149

PINTO, Carlos Alberto da Mota, *Teoria Geral do Direito Civil*, Coimbra Editora, Coimbra, 2005

PRATA, Ana, *Contratos de adesão e cláusulas contratuais gerais, Anotação ao Decreto-Lei n.º446/85, de 25 de Outubro*, Almedina, Coimbra, 2010

RIBEIRO, Joaquim de Sousa, *O Problema do Contrato, As cláusulas contratuais gerais e o princípio da liberdade contratual*, Coleção teses, Almedina, Coimbra, 1999

SANGIOVANNI, Valerio, “Dichiarazioni inesatte, reticenze e annullamento del contratto di assicurazione”, *Assicurazioni*, 2011, n.º2-2011, pp.275-298

SILVA, João Calvão da, *Banca, Bolsa e Seguros, Tomo I – Direito Europeu e Português*, 3ª edição, Revista e Aumentada, Almedina, Coimbra, 2012

SOLIMANDO, Angela, “Disciplina delle dichiarazioni precontrattuali nel contratto di assicurazione. Evoluzione della giurisprudenza”, *Assicurazioni* 2001, ano LXVIII, n.ºs 1-2, pp. 21-52

SOYER, B., “Reforming the Assured’s Pre-contractual Duty of Utmost Good Faith in Insurance Contracts for Consumers: Are the Law Commissions on the Right Track?”, *The Journal of Business Law*, 2008, pp. 385-414

TELES, Joana Galvão, in “Deveres de informação das partes”, *Temas de Direito dos Seguros, A propósito da nova lei do contrato de seguro*, Coord. de Margarida Lima Rego, Almedina, Coimbra, 2012, pp. 213 - 273

TORRES, Arnaldo Pinheiro, *Ensaio sobre o contrato de seguro*, Tipografia Sequeira, Lda., Porto, 1939

PEDRO PAIS DE VASCONCELOS, *Teoria Geral do Direito Civil*, 6ª edição, Almedina, Coimbra, 2010

VASQUES, José, *Contrato de Seguro – notas para uma teoria geral*, Coimbra Editora, Coimbra, 1999

Jurisprudência citada*

a) Supremo Tribunal de Justiça

- Ac. STJ, de 19 de outubro de 1993, CJSTJ, ano I, Tomo III, 1993, pp. 72-76 [20]
- Ac. STJ, de 24 de abril de 2007, processo n.º 07S851, disponível em www.dgsi.pt [20]
- Ac. STJ, de 24 de fevereiro de 2008, CJSTJ, ano XVI, tomo I, pp. 116-119 [20]
- Ac. STJ, de 02 de dezembro de 2008, processo n.º 08A3737, disponível em www.dgsi.pt [16]
- Ac. STJ, de 09 de setembro de 2010, processo n.º 3139/06.5TBBCL.G1.S1, disponível em www.dgsi.pt [16]

b) Tribunal da Relação de Coimbra

- Ac. TRC de 6 de março de 1997, CJ 1997, tomo II, pp. 62 - 66 [16]

c) Tribunal da Relação de Évora

- Ac. TRE, de 13 de fevereiro de 2003, CJ ano XXVII, tomo I, 2003, pp.246-248 [23]

d) Tribunal da Relação de Lisboa

- Ac. TRL, de 05 de fevereiro de 1982, CJ, Coimbra, 1982, Tomo I, pp. 171-173[14]

* Entre colchetes indica-se a página do texto onde cada Acórdão é citado.

- Ac. TRL, de 06 de novembro de 2007, processo n.º 6483/2007, disponível em www.dgsi.pt [16]

e) Tribunal da Relação do Porto

- Ac. TRP de 16 de outubro de 1990, CJ 1990, tomo IV, pp. 230-233 [16]
- Ac. TRP, de 10 de dezembro de 2009, processo n.º 976/06.4TBOAZ.P1, disponível em www.dgsi.pt [15]
- Ac. TRP, de 28 de janeiro de 2010, processo n.º 1407/06.5TBOAZ.P1, disponível em www.dgsi.pt [12]
- Ac. TRP, de 19 de outubro de 2010, CJ, ano XXXV, tomo IV, pp. 182 – 188 [16]

Índice Geral

Advertências	1
Agradecimentos	2
Lista de abreviaturas	3
Introdução	7

CAPÍTULO I

1. Evolução do dever de informação pré-contratual do tomador do seguro ou segurado	8
2. Regime jurídico do dever de informação pré-contratual do tomador do seguro consagrado no RJCS	
2.1 O dever de informação do tomador do seguro ou segurado.....	11
2.2. O incumprimento do dever pré-contratual de informação	
2.2.1 O incumprimento doloso – artigo 25º	16
2.2.2 O incumprimento negligente – artigo 26º	20

CAPÍTULO II

1. O dever pré-contratual de informação na contratação eletrônica	25
1.1 Os deveres de informação na fase pré-contratual na contratação e eletrônica	
1.1.1 Os deveres do segurador	30
1.1.2 Os deveres do tomador do seguro	34
Conclusões	40
Bibliografia citada	42
Jurisprudência citada	46
Índice geral	48